



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 578 - DE 7 A 23 DE DEZEMBRO DE 2018 - R\$ 4,00



PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL DO BRASIL

**Derrotar a política
pró-imperialista
de Bolsonaro**

**Nada de submeter
a nação oprimida
aos Estados Unidos**

Fora Trump do Brasil e da América Latina

**Organizemos a frente única anti-imperialista
Formemos os comitês de luta
Preparemos o terreno para enfrentar o governo
ditatorial, militarista, antinacional e antipopular**

Explorados da França se levantam contra o governo de Macron

**A melhor forma da classe operária brasileira apoiar o levante na
França é se colocar de pé contra o governo ditatorial de Bolsonaro**

Combater o governo ditatorial, militarizante, antinacional e antipopular com o programa e os métodos da classe operária

Não se trata mais de fazer caracterização geral e suposição do que pode ser o governo de Bolsonaro. A sua constituição baseada em militares, principalmente generais, dá a forma concreta ao governo ultradireitista. Indica que se apoiará nas Forças Armadas, mais do que no parlamento e outras instituições do Estado.

Notamos que as forças políticas que se reivindicam da oposição evitam definir claramente que tipo de governo é esse. Pisam em ovos quando se trata dos militares. Não basta dizer que é conservador, reacionário, direitista e até mesmo ditatorial. Não basta também referir-se em geral às nomeações de militares, fato esse que está à vista. A eleição de Bolsonaro, portanto, sua ascensão pela via de mecanismos da democracia burguesa, serviu para entregar o governo às Forças Armadas. O País já não tem um governo civil. O argumento dos próprios bolsonaristas, de que o que se tem é a presença de militares no governo e não um governo militar, não passa de um jogo de palavras. Também são palavras vazias o argumento de que são generais da reserva. O fato de ocuparem os postos-chaves de comando do governo os vincula diretamente às Forças Armadas, embora estas permaneçam formalmente como instituição de Estado e não de governo, como prescreve a ordem jurídica burguesa.

Não há novidade quanto a isso em nossa história política, cuja intervenção das Forças Armadas, desde sempre, foi decisiva para a centralização federativa do País. A novidade que se pode reconhecer é a de que as Forças Armadas passam a se projetar na política burguesa, aberta e ostensivamente, depois do fim da ditadura militar, em 1985. Esse processo, somente na aparência, comparece como abrupto. Basta ver que as Forças Armadas ditaram a transição do regime militar para o democrático. E as forças burguesas democratizantes não foram capazes e não tiveram interesse em ajustar contas com a ditadura, que se impôs ao País durante 21 anos. A impotência da política democrático-burguesa diante do poder militar expressa a fragilidade da burguesia brasileira e o caráter oligárquico da democracia, que não teve como ser superado. Fragilidade essa que resulta de seu desenvolvimento histórico subordinado ao imperialismo e da existência de uma poderosa classe operária, bem como das profundas contradições das relações de classe no campo.

A retomada dos militares pela via da democracia formal reata o elo com a ditadura que se instalou com o golpe de 1964, evidentemente, em condições bem distintas. Atesta a decomposição dos partidos burgueses, que se encarregaram de “democratizar” o Brasil e fortalecer as instituições do “Estado de direito”, previsto na Constituição de 1988, hoje mu-

tilada e rasgada. Tal decomposição, em grande medida, se deve a que não puderam sequer afastar alguns milímetros o domínio imperialista, modificar qualitativamente a composição oligárquica da burguesia, resolver em parte a alta concentração latifundiária, e eliminar a vasta miséria que predomina entre a maioria oprimida.

A democratização teve de dar lugar à política de colaboração de classes. O que permitiu a projeção do PT. Seu fracasso era previsível, pelo menos para os marxistas. O golpe de Estado, que derrubou Dilma – em certo sentido distinto daquele que depôs Collor de Mello –, se encarregou de expor a incapacidade da burguesia de garantir o regime democrático e abriu caminho para a ascensão dos militares. A renúncia da oposição burguesa e da esquerda que se reivindica do socialismo em definir claramente a natureza do novo governo resulta em adaptação ou capitulação aberta. Nota-se que ilustres democratas que estiveram à frente da democratização, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, já capitularam.

A posição do PT de buscar aliados no campo da oposição burguesa, qualificada como forças progressistas, prenuncia a adaptação. O mesmo podemos dizer do PSOL, com o seu chamado à constituição da “*frente única democrática*”. A declaração do presidente da CUT, de que fará “*oposição propositiva*”, é um passo para a capitulação. A linha de exercer uma oposição democrática, que reúna as forças que apoiaram Haddad, no segundo turno, inclusive setores evangélicos, corresponde à ausência de uma caracterização do governo militarizante e da unidade burguesa voltada a atacar os explorados. A impotência da política pequeno-burguesa democratizante está mais do que evidenciada pelos últimos acontecimentos.

É preciso rechaçar e denunciar essa linha que se levanta como um obstáculo à constituição de uma frente única de combate ao governo militarizado e à ofensiva do imperialismo, chefiada por Trump. Somente o proletariado pode defender bandeiras democráticas consequentes, que se chocam com a caricatura da democracia burguesa e com a centralização burocrático-militar do Estado. São incompatíveis as liberdades democráticas com o governo ditatorial, militarista, antinacional e antipopular de Bolsonaro.

A luta contra esse governo não será parlamentar, mas revolucionária. Em outras palavras, se dará sob as reivindicações dos explorados, o método da ação direta, a organização de massa independente da política burguesa, a estratégia do governo operário e camponês, e a tática da frente única anti-imperialista.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Organizar a resistência ao governo militar-policial de Bolsonaro

Constituir uma frente de esquerda no campo da independência de classe

Trabalhar por uma frente única de mobilização local, regional e nacional!

4 de dezembro de 2018

Estão definidos a composição e os objetivos gerais do novo governo. O seu núcleo é formado por militares e policiais. Sua política estará militarizada. Assentado nas Forças Armadas, Bolsonaro tenderá a se colocar por cima do Congresso Nacional e das frações burguesas. Agirá contra as liberdades políticas que favorecem a existência dos sindicatos, dos movimentos e da organização independente da classe operária. Tomará como um perigo à governabilidade as reivindicações e a luta direta das massas, que contrariem suas diretrizes antinacionais e antipopulares.

O fundamental em sua orientação estratégica reside no alinhamento com os Estados Unidos, em particular com a política mundial de Trump. Essa definição por um dos campos do imperialismo determina por inteiro a natureza e a inclinação política do governo de Bolsonaro. Não pode haver a menor dúvida de que o País está diante de uma virada objetiva da burguesia nacional para a ultradireita. Evidentemente, não se trata de um fenômeno nacional. Reflete e acompanha um movimento de direitização e de fascistização impulsionado com a eleição Trump.

A decisão de perfilar o Brasil por trás da guerra comercial decretada pelos Estados Unidos indica que o governo militarizado de Bolsonaro abandona a linha exterior de aproveitar as diferenças, os conflitos de interesses e as disputas entre as potências. Trata-se de uma virada radical que não ocorreu nem mesmo no ciclo da ditadura militar. Não é preciso enfatizar que nem mesmo após o fim da ditadura, com governos neoliberais, se chegou a um alinhamento tão bem definido. Até mesmo a direita burguesa tradicional está pasma com o objetivo dos bolsonaristas de acorrentar o País ao carro dos Estados Unidos e à linha protecionista de Trump, cuja ação resulta em guerra comercial aberta.

Bolsonaro constitui um governo mais do que francamente pró-imperialista em geral, como foi o de Fernando Henrique Cardoso. Constitui um governo serviçal da mais poderosa fração imperialista, que vem promovendo intervenções, corrida armamentista, incentivando e alimentando guerras regionais, como as do Oriente Médio. E que vem preparando condições para destruir o governo nacionalista da Venezuela.

Não nos é desconhecida a ascendência dos Estados Unidos sobre o Brasil e a primazia na América Latina. Há muito, o colonialismo e o imperialismo europeu cederam espaço à potência do Norte, não somente no continente latino-americano, mas em todo o mundo. Nem mesmo os governos burgueses nacionalistas mais definidos do passado conseguiram quebrar

os elos da dominação norte-americana. Essa constatação tem interesse no que diz respeito à maior ou menor submissão do Estado às determinações do imperialismo ianque. No maior ou menor aproveitamento do governo burguês da semicolônia em utilizar as contradições interimperialistas para defender interesses nacionais, ainda que mesquinhos.

A burguesia nacional, incapaz de conquistar a real e completa independência nacional, teve e tem como alternativa apoiar-se nas contradições que colocam uma potência contra a outra para extrair vantagem. O governo burguês do PT foi o que mais recorreu a esse caminho, apoiando-se nos pressupostos do multilateralismo, das negociações e da convivência pacífica ditadas pelas potências, ora alinhando a um lado, ora a outro, em nome da cooperação e da harmonia.

O fundamental em sua orientação estratégica reside no alinhamento com os Estados Unidos, em particular com a política mundial de Trump. Essa definição (...) determina por inteiro a natureza e a inclinação política do governo de Bolsonaro. (...) o País está diante de uma virada objetiva da burguesia nacional para a ultradireita.

A crise de 2008, que se projeta até hoje, alterou as relações comerciais, que pareciam estáveis e duradouras, e potencializou os conflitos de interesses. As mudanças ocorreram não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa ocidental, que da unidade se retroage à desagregação. A China, que despontou como um pontal da economia mundial, passa à condição de adversária principal do imperialismo norte-americano. A substituição por Trump do multilateralismo pelo unilateralismo traçou uma nova linha divisória na política mundial. É por essa linha que o governo de Bolsonaro pretende guiar o País. E os Estados Unidos pressionam para que toda a América Latina tome a mesmo caminho.

O peso do Brasil é muito importante para a materialização da estratégia do imperialismo norte-americano. Está em curso, desde a ditadura civil de Temer, a confecção de acordos militares, que mal se sabe o quanto avançados estão, devido as negociações sigilosas. A Base de Alcântara poderá, finalmente, ser entregue à Nasa. A liquidação da Embraer, que passará ao controle da Boeing, foi uma demonstração de servilismo, que revela o quanto a burguesia brasileira e as Forças Armadas estão dispostos a ceder aos interesses dos Estados Unidos. Logo mais, saberemos o que se pretende com as reservas de urânio e nióbio, muito cobiçadas pelas potências e por suas multinacionais. As reservas petrolíferas estão em adiantado estado

de desnacionalização. A Petrobrás acabará como a Embraer, é questão de tempo. Se dependesse do ministro da Economia de Bolsonaro, já estaria colocada à venda.

Os Estados Unidos estão voltados a se apossar dos recursos naturais, das matérias-primas, que ainda se encontram nacionalizadas. E, para isso, é importante recrudesce os vínculos de dependência e de subserviência dos militares, que já não têm preocupação nem mesmo com a soberania formal do País.

Os ramos fundamentais da produção foram pouco a pouco desnacionalizados, de forma que os negócios da burguesia interna são complementares e subsidiários.

O que se objetiva é ampliar a desnacionalização dos recursos naturais, por onde o capital financeiro pode aumentar seu controle da economia como um todo. Recordemos que o golpe de Estado, que deu lugar à ditadura civil de Temer, esteve sob a égide do capital financeiro. O governo eleito que o substitui é de continuidade. Há uma ligação umbilical entre o golpe de 2016 e as eleições presidenciais de outubro de 2018. A égide do capital financeiro mantém a sua influência e a amplia com a política pró-imperialista de Paulo Guedes.

O controle monopolista dos ramos fundamentais da produção, o avanço da desnacionalização dos recursos naturais, o aumento da concentração fundiária e a gigantesca dívida pública atravancam as forças produtivas internas.

A política pró-imperialista de Bolsonaro agravará ainda mais tais contradições. Governos anteriores – incluindo os do PT – foram incapazes de remover minimamente travas tão poderosas, que se alimentam das condições adversas da contradição geral entre as forças produtivas e as relações de produção, e entre aquelas e as fronteiras nacionais. O fim da ditadura militar e a democratização não serviram para afrouxar o domínio imperialista. Nota-se que se fortaleceram os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas internas. O fracasso do nacional-reformismo petista se deve, em última instância, à sua adaptação ao domínio imperialista. Não havendo outra via na presente situação de crise, que seria a da revolução proletária, o poder do Estado foi entregue a um governo voltado a potencializar ainda mais a dependência do País. O conteúdo aberrantemente antinacional, concretamente expresso no alinhamento do País aos objetivos do imperialismo norte-americano, está na base da virada direitista, em termos políticos e ideológicos.

A tarefa do movimento operário, camponês e popular é a de derrotar e varrer a política de maior submissão e maior com-

Manifesto

prometimento da independência da nação oprimida. Qualquer que seja a frente única contra Bolsonaro, para ser plenamente consequente, tem de ter por conteúdo o combate anti-imperialista e pela independência nacional. É típico da burguesia a atitude de responsabilizar os trabalhadores pelas travas ao desenvolvimento. Não seria a dívida pública o sorvedouro do Tesouro e o grande parasita do Orçamento da União, mas sim a Previdência, o aumento do salário mínimo, o regime de estabilidade do funcionalismo, os gastos obrigatórios com a saúde e educação, etc.

Temer impôs a reforma trabalhista e a terceirização. Bolsonaro tem a missão de impor a reforma da Previdência. A desativação do Ministério do Trabalho expõe um plano maior de ataque aos assalariados e de recrudesce da repressão ao movimento sindical. Os explorados somente podem contar com suas próprias forças para responder aos ataques do governo e ao seu entreguismo.

O problema está em que a burocracia sindical se encontra de cabeça baixa. O pronunciamento do presidente da CUT, de que se pretende responder aos ataques de

Bolsonaro com propostas, prenuncia uma capitulação. A chamada “oposição propositiva” é parte da política de conciliação de classes. O PT e a burocracia cutista já não falam de governo ditatorial e sobre o perigo do fascismo. Está aí o mais poderoso obstáculo à tarefa de combater desde já o governo reacionário.

As esquerdas, desde as eleições, principalmente para justificar o voto em Haddad, advogaram a frente única. O problema está em sair das palavras para a ação. Não se pode contar com a burocracia sindical, que procura a via da conciliação, do esperar para ver. O que se pode fazer é constituir uma frente de esquerda, que trabalhe em torno a uma plataforma de reivindicação e que se organize em comitês de base. A unidade das esquerdas, nesse sentido prático, permite enfrentar no seio dos explorados a política da burocracia e do PT, e trabalhar pela frente única de combate ao governo. É por esse caminho que se criam as condições para a formação de uma poderosa frente única anti-imperialista, sob a direção da política do proletariado.

O POR se dirige ao PSTU, PSOL, PCB e demais correntes que se reivindicam do socialismo a se colocarem por uma frente de esquerda, apoiada no método da ação direta e na organização independente. Que de comum acordo convoquemos as plenárias regionais e nacionais. Que a Conlutas e Intersindical tomem a frente desse objetivo.

As esquerdas, desde as eleições, principalmente para justificar o voto em Haddad, advogaram a frente única. O problema está em sair das palavras para a ação. Não se pode contar com a burocracia sindical. O que se pode fazer é constituir uma frente de esquerda, que trabalhe em torno a uma plataforma de reivindicação e que se organize em comitês de base.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Adaptação da burocracia sindical ao capitalismo putrefato

O presidente da CUT, Vagner Freitas, lamentou o fato de os trabalhadores não terem vez no governo de Bolsonaro. Reclamou diante da dissolução do Ministério do Trabalho. No entanto, espera que o movimento sindical responda aos ataques do novo governo com propostas e, assim, faça uma “oposição propositiva”. O que quer dizer subordinar os sindicatos à política parlamentar do PT e dos demais partidos que se coloquem na oposição. A ideia é de apresentar projetos que supostamente defendem “a classe trabalhadora”, em contraposição aos projetos de Bolsonaro. O burocrata sindical não faz senão repetir o que sempre pensou e o que sempre fez diante dos governos burgueses. No caso do governo do PT, estava em família, não era preciso fazer “oposição propositiva”. Agora, procura dar um novo revestimento à política de colaboração de classes e de subserviência. Para que se tenha uma noção integral do embuste de Vagner, reproduzimos abaixo o trecho da nota CUT:

“Precisamos fazer uma releitura de quem é essa nova classe trabalhadora que surgiu nessa nova etapa do capitalismo mundial e após reforma Trabalhista do ilegítimo Temer. Nós temos de discutir e conversar com esses trabalhadores, mostrar para eles o que significa essa agenda de retrocesso de Bolsonaro, que retira direitos. E, para isso, defende o presidente da CUT, os métodos para organizar essa massa de trabalhadores não podem ser os mesmos utilizados até agora. É uma outra base, são novas pessoas, que querem novas posturas de nós. Vamos continuar na luta para que os direitos trabalhistas retornem, mas sabemos que a tendência é de que no governo Bolsonaro haverá uma ofensiva para que se desmonte cada vez mais o mercado de trabalho do que propriamente uma tentativa de consertá-lo. Precisaremos dialogar com esses novos trabalhadores para impedir isso e aumentar, com isso, a nossa representatividade. Uma oposição aos ataques dos direitos dos trabalhadores é o que a CUT precisará fazer no próximo período. A cada proposta apresentada pelo governo de Bolsonaro que ataca os direitos, a CUT precisa, mais do que se posicionar e lutar contra qualquer retirada de direitos, fazer uma oposição propositiva, com uma pauta que apresente as demandas da classe trabalhadora, defende o presidente da CUT. Queremos, logo no início do governo, construir um grande encontro nacional da classe trabalhadora, juntando todas as centrais sindicais e movimentos sociais, pois, nós vamos tirar uma pauta de reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras e vamos apresentar e entregar ao governo. Vamos dizer qual modelo de Previdência nós defendemos, qual salário mínimo queremos, vamos dizer que queremos salário igual para homens e mulheres, vamos apresentar o que queremos para os rurais, servidores públicos e qual modelo de educação nós queremos. Nós vamos apresentar uma agenda propositiva para o Brasil, sob a ótica dos trabalhadores”.

Essa exposição do presidente da CUT é uma declaração de capitulação diante do governo ditatorial, antinacional e antipopular de Bolsonaro. A subserviência da burocracia sindical vai além da sua defesa de “oposição propositiva”, o que quer dizer, manter o governo até a próxima eleição. Vai além porque assume a explicação burguesa de que as mudanças no capitalismo criaram uma “nova classe trabalhadora”. E que, portanto, já não quer lutar como antes. Não passa de palavreado a ideia de que é preciso “dialogar com esses novos trabalhadores”. É completamente falsa a noção de

que as medidas tomadas pela burguesia mundial para precarizar as condições de trabalho e, em particular a reforma trabalhista de Temer, vêm criando uma “nova classe trabalhadora”.

Os porta-vozes da burguesia vêm repisando a farsa de que “a população já não quer propriamente emprego, quer ocupação remuneradora, de preferência sem patrão”. Repisam que a fragmentação das atividades, e o seu caráter temporário, têm rompido a antiga relação de emprego e, assim, criado um novo tipo de trabalhador. A tal da “indústria 4.0” e a robotização crescente eliminarão cada vez mais a antiga classe operária. A burocracia sindical, como revela Vagner Freitas, repete essa impostura burguesa. Não é de hoje que sociólogos e historiadores da burguesia decretaram o fim do proletariado, concebido por Marx e Engels como a classe revolucionária que enterrará o capitalismo e construirá a sociedade socialista.

A redução de postos de trabalho na produção não extingue a classe operária e não lhe tira seu caráter de classe revolucionária pelo lugar que ocupa nas relações de produção capitalista. Ocorre que a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção baseadas na grande propriedade monopolista criou um vasto exército de desempregados e subempregados. O aumento do exército industrial de reserva é próprio do capitalismo, em crise ou em crescimento. Decorre da anarquia da produção e da concorrência capitalistas, só é agravado pelas crises. Nas últimas décadas, burguesia forjou mecanismos para aumentar a exploração do trabalho e garantir a alta lucratividade. É o caso da terceirização e de toda parafernália que compõe a flexibilização capitalista do trabalho.

Os protagonistas da política de conciliação com a burguesia e seus governos advogam a substituição do método da luta de classes, que é próprio do proletariado, pelo método do diálogo e da oposição propositiva.

A burocracia sindical, que é uma aristocracia parasitária, se adaptou a esse processo. É bom lembrar que os burocratas abraçaram a tal da “reestruturação produtiva”, “modernização das relações trabalhistas” e flexibilização do trabalho. Não por acaso, os burocratas e a esquerda reformista, bem como a centrista, substituíram a classe operária, o proletariado, pelo conceito genérico de classe trabalhadora. Os protagonistas da política de conciliação com a burguesia e seus governos advogam a substituição do método da luta de classes, que é próprio do proletariado, pelo método do diálogo e da oposição propositiva.

É assim que a CUT e demais centrais fecharam os olhos para a demissão de três milhões de assalariados no período da recessão, e realizaram acordos de flexibilização do trabalho (banco de horas, PDV, lay-off, PPE) com as multinacionais. É assim que desativaram o ascenso das massas, que chegaram até a greve geral de 28 de abril do ano passado. É assim que colaboraram com o governo Temer, que pôde aprovar tranquilamente a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Agora, prometem o mesmo diante da reforma da Previdência de Bolsonaro. Esses traidores têm desmoralizado os sindicatos aos olhos da classe operária. E vêm com a conversa de que é preciso aumentar a sua representatividade,

recorrendo ao método do “diálogo” (conciliação).

Os assalariados não vêm motivo para se filiarem e recorrem aos sindicatos, cujos exemplos são de convivência com o patronato. A burguesia e seu governo aproveitam a desconfiança das massas diante dos sindicatos degenerados para dizer que esse instrumento é coisa do passado e que deve ser revisto. O atraso político e organizativo da classe operária não lhe permite distinguir o sindicato como organização coletiva de combate à exploração capitalista de sua direção aristocrática, burocrática, autoritária e corrompida pela política burguesa. A burocracia autoritária elimina a democracia sindical, e depois diz que a classe operária já não é a mesma, e que é preciso mudar os métodos de representatividade. A baixa filiação reflete o caráter estranho dos sindicatos burocratizados e estatizados.

A etapa do capitalismo a que se refere a nota da CUT, na realidade, não é senão a de sua decomposição, própria do imperialismo. Está aí por que as medidas antioperárias são impostas mundialmente pelos monopólios e pelo capital financeiro. Ocorre que é nessa etapa, também, que os sindicatos são amplamente cooptados pelo Estado, anulados como organismos da democracia operária, manejados como instrumento de conciliação de classes, e desfigurados como meio para os explorados recorrerem ao método da ação direta.

DEFESA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A maior ou menor subserviência dos governos brasileiros aos Estados Unidos define o fio condutor da história política do Brasil, principalmente após a década de 1930. É importante ter em mente essa constatação, para entender a decisão do governo de Bolsonaro de alinhar o País por trás da política de Donald Trump. De fato, não promove uma ruptura na política externa brasileira. O que não diminui a gravidade dessa orientação pró-imperialista. Caso Bolsonaro leve à frente a subserviência anunciada, colocará o Brasil na rota da guerra comercial tramada na Casa Branca e impulsionada por Trump.

A bandeira de “Estados Unidos em Primeiro Lugar” assenta o protecionismo da maior potência mundial, e uma brutal ofensiva para curvar os países considerados ofensivos à economia norte-americana. A China é o alvo principal, mas não o único. Trump acenou que a Europa ocidental também deve contribuir com o objetivo de reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos. O Brasil é um peixinho em meio aos tubarões. De acordo com os cálculos do governo norte-americano, deveria ficar fora da guerra comercial. Suas importações são maiores do que as exportações. Mesmo assim, Trump colocou a indústria brasileira de ferro e aço na lista que eleva as taxas alfandegárias.

Não sabemos ainda até que ponto o plano montado por Paulo Guedes será implantado. A intenção de seguir Trump no ataque à China ascendeu uma luz vermelha entre os exportadores e agroindustriais. Seria um mau negócio trocar o superávit com os chineses por déficit com os norte-americanos. A implicação é mais ampla ainda. O desprezo de Guedes pelo Mercosul e, em certo sentido, a Argentina, beira à irresponsabilidade, tendo em vista o fato de o Brasil levar uma grande vantagem nas relações comerciais. Na realidade, o Mercosul, desde sempre, atendeu aos interesses das multinacionais. O que os Estados Unidos menos desejam é que se conclua um acordo com a União Europeia, que há duas décadas está em negociação.

O imperialismo norte-americano não pode admitir o avanço da penetração dos capitais chineses na América Latina. E não quer que os capitais europeus ocupem um espaço maior do que

Notas sobre o novo governo

Concretamente, a maioria oprimida e, em particular, a classe operária, está diante de um governo militarizado, voltado a atacar os direitos trabalhistas e previdenciários, a reprimir o movimento camponês e popular, bem como a sucatear ainda mais a saúde e educação. Está diante de um governo disposto a se submeter ao imperialismo norte-americano. Um governo serviçal do capital financeiro, que ampliará o entreguismo e a desnacionalização. Um governo que se constitui sobre a base de militares para ditar ordens ao País. Concretamente, a maioria oprimida continua a ser golpeada pela crise econômica, pelo desemprego, subemprego, pobreza e miséria. É a essa realidade que a classe operária tem de enfrentar. Não há subterfúgio. O capitalismo em decomposição sacrifica sem atenuantes a vida dos explorados. O governo ditatorial de Bolsonaro é um reflexo dessa decomposição.

O problema está em que a burocracia sindical se levanta como uma muralha à luta coletiva, à unidade dos oprimidos, ao programa de reivindicações, à organização independente e à estratégia própria de poder da classe operária. É um grande obstáculo à constituição de uma frente única de defesa da vida das massas e de uma frente única anti-imperialista. A vanguarda deve combater bombardeando essa muralha, com a organização independente, os métodos da ação direta e o programa de reivindicações.

já detêm. O Brasil, pelo seu peso econômico regional, é um peão estratégico nesse tabuleiro de forças. O ciclo dos governos nacional-reformistas, que sucedeu o ciclo dos governos neoliberais, não pôs em risco os interesses dos monopólios. O nacionalismo chavista perturbou o sono dos Estados Unidos, mais do que os demais governos nacional-reformistas, por uma razão óbvia: a Venezuela abriga a maior reserva de petróleo do mundo. O crime do chavismo foi o de se valer dessa riqueza natural para levantar a bandeira de defesa nacional. O imperialismo norte-americano não admite tal cerceamento no seu quintal. O crime do lulismo, por seu turno, foi o de pretender colocar o pré-sal sob o controle da Petrobras, como única operadora. E com o agravante de abrir caminho aos investimentos chineses na área do petróleo. Os Estados Unidos necessitam pôr fim ao governo chavista. Bolsonaro poderá ajudá-lo duplamente: controlar as riquezas petrolíferas na Venezuela e no Brasil.

Os Estados Unidos, no passado não muito distante, impediram que o Brasil desenvolvesse os conhecimentos em a alta tecnologia da fissão nuclear. Cercearam a indústria naval. E tudo fizeram para que a indústria aeroespacial não ganhasse estatutura. Bloquearam a assimilação da tecnologia avançada. De forma que a potencialidade mineral não pudesse ser explorada e aproveitada em toda sua extensão. Para isso, foi importante a subserviência da burguesia nacional e de seus governos, bem como a das Forças Armadas. A oitava economia do mundo não conseguiu superar sua condição de semicolônia do imperialismo.

A ditadura civil de Temer reabriu as negociações em torno à entrega da Base de Alcântara à Nasa. E Bolsonaro revelou que irá adiante nesse objetivo. Recordemos que Fernando Henrique Cardoso esteve prestes a realizar um acordo, que impedia a presença de militares e cientistas brasileiros na Base de Alcântara. A não aprovação dos termos do acordo pelo Congresso Nacional adiou a sua entrega. O fracasso das tentativas de uso compartilhado com outros países, e o acidente que destruiu a Base de lançamento de satélites, deram força àqueles que sempre estive-

ram do lado dos Estados Unidos. É bem provável que Bolsonaro atenderá ao imperialismo norte-americano. Outros acordos militares estão sendo confabulados em sigilo, sob a máscara do combate à corrupção, ao tráfico de armas e ao narcotráfico. O vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, armou esse caminho com Temer. John Bolton, assessor de segurança nacional dos Estados Unidos, se reuniu imediatamente com Bolsonaro para dar continuidade às tratativas.

A pretendida entrega da Embraer a Boeing é sintomática. Coloca-se fim à aspiração dos militares brasileiros de terem uma indústria aeroespacial desenvolvida. É bem provável que terá o mesmo fim a indústria de navios a propulsão nuclear, desenvolvida pela Marinha em colaboração com a França. De conjunto, esses acontecimentos mostram o quanto os Estados Unidos, em

particular, são um freio à soberania e ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Está colocada a luta pela independência nacional. O combate dos explorados ao governo ditatorial de Bolsonaro passa pela defesa do rompimento de todos os acordos com os Estados Unidos que cerceiam a soberania do País. Uma das bandeiras é a de quebra de todos os acordos secretos com o imperialismo e, em especial, com os Estados Unidos. As organizações operárias, camponesas e populares e os partidos que reivindicam a independência nacional devem se colocar pela constituição de uma frente única anti-imperialista. A organização do movimento de ruptura com a opressão nacional prepara as condições para o proletariado avançar com seu programa de expropriação do grande capital e impor o controle operário da produção.

Primeiras denúncias de corrupção a bolsonaristas

Era sabido que Onyx Lorenzoni, DEM, não era flor que se cheire. O larápio fingido de santo se ergueu como uma estrela D'Alva na campanha de Bolsonaro. Ganhou o posto de ministro da Casa Civil. A ascensão abrupta pôs em evidência a denúncia de que Onyx recebeu dinheiro da JBS nas eleições de 2012 e 2014. Como se vê, o homem do DEM e agora do governo de Bolsonaro esteve nas mãos dos irmãos Batista. Com um olhar de politiqueiro arrependido, Onyx reconheceu que recebeu financiamento de campanha clandestina e que afinal de contas todo mundo comete erros, e o que importa é o arrependimento. A repercussão da notícia provocou incômodo nas hostes dos bolsonaristas. O general Mourão, vice-presidente, é de opinião de que Onyx deve deixar o governo, caso "*forem encontradas irregularidades na investigação*". Mourão tem interesse em ocupar a função de Onyx na Casa Civil. Não está descartada a defenestração de Onyx, ou então o seu escanteio.

No Rio de Janeiro, a Operação Fumaça da Onça, que culminou com a prisão de dez deputados da Assembleia Legislativa (Alerj), ressuscitou o caso do policial-militar, Fabrício José Carlos de Queiroz, motorista, segurança e assessor do ex-deputado, agora senador, Flávio Bolsonaro (PSL). Esse senhor não tem como explicar a movimentação de R\$ 1,2 milhão, apurada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Em plena campanha eleitoral, veio à tona a denúncia de que a ex-secretária parlamentar do presidente eleito, Michelle de Paula, recebeu R\$ 24 mil de uma transferência feita por Queiroz. Michelle, hoje, é a primeira-dama. O Coaf avalia que o alto valor movimentado pelo assessor de Flávio Bolsonaro é incompatível com o patrimônio e a ocupação profissional. No momento da denúncia, Queiroz pediu para ser exonerado do gabinete de Bolsonaro, com a justificativa de aposentadoria. Até agora, ninguém explica a que se deve a transferência de dinheiro a Michelle Bolsonaro. Não se sabe se o Ministério Público e a Justiça irão a fundo na investigação sobre a operação financeira que vincula Queiroz à família Bolsonaro. O mais provável é que o caso seja abafado. Vamos ver o que fará o ex-juiz e condutor da Lava Jato, Sérgio Moro, que como superministro da Justiça terá em suas mãos o relatório do Coaf. Flávio Bolsonaro já deu o seu veredicto: Queiroz é homem de sua confiança.

O caso mais escabroso é o do ministro da Economia, Paulo Guedes. É acusado de promover fraudes na utilização de fun-

dos de pensão. Em duas denúncias, constam crimes de gestão fraudulenta e emissão de títulos mobiliários sem lastros e garantias. O empresário ultraliberal utilizou sua empresa BR Educacional para jogar com o fundo de pensão dos funcionários da Caixa, gerido pela Funcef. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a FIP Brasil Governança aplicou milhões na Enesa Participações, causando uma grande perda à Funcef. Paulo Guedes teria especulado com dividendos e lucros. Era para Guedes ter prestado esclarecimento ao MPF em 6 de novembro. O homem inventou uma história de agenda e adiou o seu depoimento para 5 de dezembro. O curioso é que se produziu um novo relatório, em que se diz não ter encontrado nenhuma irregularidade do ponto de vista contábil. Mas, a Funcef mantém a suspeição de que o segundo relatório não é conclusivo. Como se vê, estão jogando com a denúncia para que não se torne mais um escândalo de corrupção a estourar no seio de um governo, ainda nem empossado. Nem bem se constituiu o governo de Bolsonaro e seu principal ministro é exposto como um crápula.

A corrupção é inerente ao capitalismo, ao Estado burguês e aos seus partidos. A imprensa monopolista, empenhada no golpe institucional (impeachment) de Dilma Rousseff, inventou a historietinha de que o PT havia transformado a corrupção em sistêmica. Essa farsa vem sendo desmascarada dia a dia. A corrupção é sistêmica ao capitalismo, à acumulação de riqueza e ao parasitismo da burguesia. O PT se corrompeu na política burguesa. Está aí por que assumiu a forma sistêmica da corrupção. Um dos pontos de campanha que mais pesaram na derrota do candidato petista foi a de que Bolsonaro representava a moralidade, o sentimento anticorrupção da população e a vontade do espírito santo. As massas foram enganadas, em grande parte, pela ação das igrejas evangélicas. Bolsonaro ligado à corrupção sistêmica.

Somente um Tribunal Popular, criado na luta e sob a direção da política revolucionária do proletariado, poderá apurar os crimes da burguesia e expor a todos os oprimidos seu caráter sistêmico. Mas a luta das massas não se guia pelo enfrentamento à corrupção. Esse é um campo das disputas interburguesas. Enfrentaremos do governo ditatorial de Bolsonaro com o programa de reivindicações dos explorados e com a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Para onde vai a economia sob Bolsonaro?

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para baixo, em outubro e novembro (pouco antes do G20), suas previsões quanto ao crescimento da economia mundial. O mesmo fizeram o Banco Mundial e a ONU. As previsões otimistas baixaram ao redor dos 3,2%. Os crescimentos da China e EUA foram revisados para baixo. A Europa e o Japão devem oscilar ao redor da estagnação.

Os EUA registraram uma forte queda no desemprego, que deve estimular em 2019 seu consumo. Com isso, prevê-se que a inflação deva subir e, com ela, a taxa de juros. Isso deve estimular que dólares investidos nos países atrasados devam se deslocar para esse rendimento, considerado seguro. A fuga de dólares deve ter efeito inflacionário nos países atrasados, que ainda terão de enfrentar a redução do comércio de insumos para os EUA e China, de acordo com as previsões.

Sobre o Brasil, o Banco Mundial e o FMI reduziram à metade a previsão de crescimento (de 2,4% para 1,2% em 2018, e de até 2,5% em 2019). O crescimento estagnado do PIB de outubro, a 0,2%, deve pressionar as previsões ainda mais para baixo. A queda do crescimento das economias importadoras de commodities deve dificultar os negócios dos exportadores brasileiros. Encontramo-nos em meio ao desenvolvimento das tendências destrutivas de valor, iniciadas com a deflagração da crise mundial de 2008, e que não foram superadas. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção e distribuição, e entre aquela e as fronteiras nacionais, se evidenciam plenamente (guerra comercial).

Os investimentos estrangeiros fugiram da bolsa de valores brasileira. Ainda depois das eleições, mais de R\$ 3,6 bilhões já tinham deixado o país, só em novembro. O valor dos papéis se sustenta a partir de investimento nacional, que, em outubro, investiu R\$ 7 bilhões, enquanto o estrangeiro retirou R\$ 6 bilhões. Esses números indicam uma forte desconfiança dos investidores estrangeiros, principalmente europeus, diante do futuro governo, pois, a partir das eleições, reverteram uma tendência de investimento que durou de julho a setembro.

Joaquim Levy, indicado por Bolsonaro para presidir o BNDES, anuncia que vai aumentar os repasses de verbas para o Tesouro, o que significa menos verba para financiamento da indústria, e mais dinheiro para pagar os parasitas da dívida pública. Uma menor capacidade de financiamento do BNDES pressiona a produção industrial ainda mais para baixo.

O capital financeiro internacional pressiona o governo para aprovar a reforma da Previdência. O orçamento de mais de R\$ 750 bilhões deve ser mordido pelo governo, para voltá-lo ao sustento do parasitismo financeiro. Se aprovada, setores capitalistas entendem que se abrirá uma brecha para mais subsídio estatal à produ-

ção. Mas não contam que se estrangulará fortemente o consumo, não apenas por conta do empobrecimento geral dos aposentados, mas por causa da falência financeira de mais de mil municípios, totalmente dependentes dos recursos da Previdência. O funil no consumo tende a apertar ainda mais o pescoço da produção.

Ao mesmo tempo, a fração imperialista chefiada pelo governo Trump pretende acelerar a privatização e desnacionalização da economia brasileira, um maior alinhamento do Brasil à guerra comercial que os EUA travam com a China, Alemanha e Japão, e às ofensivas econômicas, políticas e militares sobre países no Oriente Médio e na América Latina (Venezuela, Cuba). Todas essas guinadas terão um custo econômico, para setores produtivos, e para os cofres públicos, que já se encontram comprometidos, pelos altos custos da manutenção da dívida pública, que consome metade de tudo o que se arrecada.

As perspectivas de crescimento da inflação, permanência das tendências estagnadas da economia e sua projeção na crise política, com amplas divisões entre as frações burguesas, indicam um cenário desfavorável ao futuro governo. Desde já, conta com gastos extras, determinados pelo reajuste dos salários no poder Judiciário (R\$ 6 bilhões ao ano), e com a flexibilização da lei de responsabilidade fiscal aos municípios, aprovada por ampla maioria na Câmara Federal, que poderão gastar mais para saldar seus compromissos salariais ainda em 2018 (isso levará a um aumento do déficit já de saída em 2019).

O governo Bolsonaro já é de crise antes de se iniciar. O vai-e-vem na indicação de ministros, as denúncias de corrupção fortalecidas contra seus principais indicados, a disputa anunciada pela governança do parlamento a partir das oligarquias regionais opositoras, tudo aponta para dificuldades no desenvolvimento institucional de suas medidas. Assim, deve ter de partir para ações autoritárias, apoiadas na militarização do governo. A maior dificuldade do futuro governo, hoje, está em obter a unidade burguesa para dar prosseguimento às reformas antinacionais e antipopulares, deflagradas no governo Temer. As massas estão desarmadas pela política de conciliação de classes das direções. Quando entrarem no cenário político, por meio de mobilizações massivas, que devem seguir à ação governamental, ofensiva à vida e trabalho, tendem a agravar a crise política no país.

A necessidade é a organização imediata de um movimento nacional grevista, retomar o caminho da greve geral de abril de 2017. Somente assim será possível enfrentara s tendências destrutivas oriundas da crise capitalista e ofensiva burguesa. Certamente, as massas estão na expectativa do que fará o novo governo. É compreensível o receio de Bolsonaro de lançar uma só cartada para decidir sobre a reforma da previdência. O que menos deseja é se chocar logo de início com as massas. Setores do capital financeiro, porém, querem que se remova esse obstáculo rapidamente, enquanto o governo conta com a força eleitoral. Caso as previsões do FMI se confirmem, crescerão as dificuldades de governabilidade. A burocracia sindical está disposta a se adaptar às novas condições, em nome da democracia. A vanguarda tem pela frente a tarefa de combater o colaboracionismo, levantando o programa de reivindicações dos explorados e as bandeiras anti-imperialistas.



Mais pobreza e concentração de renda

Síntese de Indicadores Sociais do IBGE traz um retrato do peso da crise despejado nos ombros dos explorados

De 2016 a 2017, o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Brasil continuou a crescer, chegando a 26,5% (54,8 milhões de pessoas). Isso de acordo com o critério do Banco Mundial de renda, de até U\$ 5,5 por dia. Os dados apontam o vínculo dessa realidade com os impactos da crise econômica mundial no Brasil. Como afetou a estrutura econômica, como destruiu empregos e submeteu setores mais amplos à precariedade. Além disso, ao particularizar os dados, mostra como a crise foi descarregada, principalmente, sobre negros, mulheres, crianças, jovens e idosos. O aumento da opressão foi geral, mas há os mais oprimidos entre os oprimidos.

Crescem as atividades financeiras e cai o peso da indústria

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) abrange o período de 2012 a 2017, com momentos de crescimento, desaceleração e recessão. Ou seja, registra o momento em que a economia brasileira foi atingida pela crise desencadeada em 2008, nos EUA. A raquítica recuperação econômica, anunciada em 2017, nem de longe recompôs as perdas do PIB per capita e consumo das famílias, que caíram 8,1% e 5,6%, respectivamente, ao longo da série.

O setor de serviços é o que concentra a maior parte da renda gerada, seguido pela indústria e agropecuária. No período, porém, os serviços ampliaram em 4,2% sua fatia, alcançando 73,3% da geração de valor adicionado bruto. Dentro desse setor, foram as atividades financeiras que mais cresceram. Enquanto isso, a indústria reduziu seu peso de 26,0%, em 2012, para 21,3%, em 2017. A queda no preço das commodities afetou em cheio a indústria extrativa, que caiu 63,2% no período. A Construção encolheu 25%. A Agropecuária manteve sua participação em torno dos 5,0%.

Destruição de empregos

Conforme a PNAD, até 2014, cresceram os empregos formais, a desocupação atingiu sua menor taxa na série, e os rendimentos do trabalho aumentaram. De 2014 a 2017, a destruição de forças produtivas se manifestou com o aumento da desocupação e subutilização da força de trabalho. Mas, quem continuou ocupado também viu suas condições de vida se deteriorarem. A participação dos empregados com vínculo (CLT, funcionalismo e militares) parou de crescer e atingiu 48,2%, em 2017. Já a informalidade cresceu, com trabalhadores sem carteira de trabalho, e por conta própria. Considerando os setores econômicos, Agropecuária, Indústria, Construção e Administração pública diminuíram seu peso na população ocupada, entre 2012 e 2017. Cresceram os trabalhadores em Serviços, onde os postos de trabalho são predominantemente informais e com jornadas flexíveis.

Deterioração da renda

Além da desproteção social que acompanha o trabalhador informal, em todas as atividades, o rendimento dos que não têm

carteira assinada é inferior. Na agropecuária, os sem carteira recebem menos da metade dos formalizados. Na construção civil, o trabalhador informal ganha um pouco mais do que a metade do rendimento dos registrados. O menor rendimento é o dos empregados sem carteira nos serviços domésticos (média de R\$ 688,00 mensais), em sua maioria mulheres pretas e pardas. Dos 6,3 milhões de trabalhadores domésticos, em 2017, 5,8 milhões eram mulheres. Trabalho que carrega as heranças do escravismo em nossa formação social.

Até 2015, a desigualdade da renda do trabalho caiu, nos anos seguintes voltou a crescer, quando houve a redução nos aumentos reais do salário mínimo, afetando os que recebem o mínimo, ou os que têm seus salários influenciados por ele.

Negros e mulheres recebem menos

A segmentação das ocupações revela-se a discriminação racial. As ocupações com menores rendimentos são as que mais concentram pretos ou pardos: agropecuária (60,8%), construção civil (63,0%) e serviços domésticos (65,9%). Também é nesses setores que estão os trabalhadores com menor escolaridade.

Segundo os dados de 2017, brancos ganhavam 72,5% mais do que pretos ou pardos, e os homens ganhavam 29,7% mais que as mulheres. Mesmo nas camadas com o mesmo nível de instrução, e considerando a remuneração por hora, permanece a desigualdade. Brancos com ensino superior ganham 43,2% mais que negros do mesmo nível. Brancos recebem R\$ 31,90 por hora, enquanto negros recebem R\$ 22,30.

Os negros também são mais impactados pelo desemprego, mesmo quando possuem o mesmo índice de escolaridade que brancos.

Desigualdades regionais

Os rendimentos também são afetados pela economia desigual e combinada em sua manifestação entre estados e regiões. Norte e Nordeste têm rendimentos equivalentes a 77,0% e 69,1% da média nacional. O menor rendimento médio é o do Maranhão (R\$ 1.170,00), enquanto os mais altos são Distrito Federal (R\$ 3.805,00) e São Paulo (R\$ 2.609,00).

Em 2017, o rendimento médio mensal per capita domiciliar no país foi de R\$ 1.511. No Nordeste, o número caiu para R\$ 984 e, no Norte, para R\$ 1.011. Nessas regiões, quase metade da população vivia com meio salário mínimo. E somente 7,8% e 7,7% das pessoas possuía rendimento mensal (de todas as fontes) superior a dois salários, ou seja, recebia R\$1.874, metade do salário indicado pelo DIEESE, valor muito inferior ao salário mínimo vital (suficiente para uma família trabalhadora).

A desigualdade na distribuição de rendimentos do trabalho é muito acentuada no Brasil. 10% dos maiores rendimentos ganha 12,4 vezes mais do que 40% de menores rendimentos. Regionalmente, porém, há grandes variações. Na Bahia, Distrito Federal e Piauí, 10% com maiores rendimento recebe 18 vezes mais do que 40% do extrato inferior de renda.

Mulheres

A participação das mulheres na força de trabalho foi intensificada com a crise econômica, mesmo assim, enquanto apenas 52,7% das mulheres em idade de trabalhar estão incorporadas na força de trabalho, o número de homens alcança 72,5%. Tal situação se relaciona com as 20,9 horas semanais, em média, que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico e cuidados. Os homens dedicam 10,8 horas, em média, a essas atividades.

Cresce o desemprego

A taxa de desemprego quase dobrou entre 2014 e 2017, passou de 6,9% para 12,5%. Foram mais 6,2 milhões de pessoas desempregadas. Destas, 5,2 milhões passaram a procurar trabalho, enquanto houve uma redução de um milhão de pessoas ocupadas no período. No Nordeste, foi onde a desocupação atingiu o maior índice: passou de 8,5% para 14,7%. Em Pernambuco e no Rio de Janeiro, a taxa de desocupação cresceu 8,8% e 8%, respectivamente. A queda na ocupação atingiu todas as idades. Entre os jovens, que já em 2014 amargavam com 13% de desocupados, em 2017 viram o número crescer para 22,6%. Trata-se de uma grande brutalidade, não apenas pela impossibilidade de obter renda e de ser jogado para a criminalidade, mas, pela mutilação das capacidades criadoras, pelo impedimento da incorporação do jovem à produção. Entre os idosos, diante da crise, muitos passaram a procurar trabalho, ante a impossibilidade de sobreviver com as pensões e benefícios. A ampliação da presença de idosos na força de trabalho não se refletiu em seu nível de ocupação.

Subutilização da força de trabalho

A SIS captou também o número de pessoas que trabalham menos que 40 horas semanais, e estão disponíveis para trabalhar mais horas, a força de trabalho potencial, que abarca os que momentaneamente não estão disponíveis e os desalentados. Os subocupados por insuficiência de horas passaram de 5 milhões para 6,5 milhões, entre 2014 e 2017. Com a aprovação da reforma trabalhista e a permissão do trabalho intermitente, essa camada tende a aumentar. Hoje, essa modalidade de subocupação atinge mais jovens, negros e mulheres. No mesmo período, a população na força de trabalho potencial passou de 4,6 milhões para 7,6 milhões, uma alta de 65,9%. Entre os que pararam de procurar emprego, a maior parte justifica a perda de esperança em conseguir um trabalho. Entre as mulheres, 20,7% explicam que pararam de buscar ocupação por conta dos afazeres domésticos e cuidados, justificativa dada apenas por 1,1% dos homens.

Mais informalidade, menor proteção social

Em 2017, o número de trabalhadores informais atingiu 37,3 milhões de pessoas, 40,8% da população ocupada. Mais 1,2 milhão de trabalhadores foram incorporados à informalidade, desde 2014. Aqui, também se expressam as desigualdades regionais. No Norte, a porcentagem chega a 59,5% e, no Nordeste, 56,2%. E ainda há a desigualdade entre os estados. No Nordeste, o Maranhão desponta com 66,2% de informais.

Mais de 2/3 do pessoal ocupado em serviços domésticos e agropecuária é informal. De 2014 a 2017, porém, a informalidade cresceu em todos os ramos. Na construção, subiu 4,7% e, na Indústria, 4,4%.

Origem dos rendimentos

O documento do IBGE expõe também as fontes dos rendimentos domiciliares no Brasil. Em 2017, 73,8% do rendimento domiciliar total era de rendimentos do trabalho; 19,4% vinha de aposentadoria e pensão; e 6,9%, de outras fontes (que incluem programas sociais, doações e mesadas, rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, etc.). No Nordeste, o percentual que depende de aposentadoria e pensão é muito maior (23,8%), assim como de outras fontes (8,8%). Nos domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1/4 de salário mínimo, 40,6% correspondiam a outras fontes, mostrando o grande peso do Bolsa Família.

Mais crianças e adolescentes abaixo da linha de pobreza

A proporção de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos que vivia em domicílios com renda de até US\$ 5,5 por dia (R\$ 406 por mês) passou de 42,9% para 43,4%. Nos lares em que a pessoa de referência era uma mulher sem cônjuge, e com filhos de até 14 anos, 56,9% estavam abaixo da linha da pobreza. Se essa mulher fosse preta ou parda, 64,4% eram pobres.

27 milhões vivem em moradias inadequadas

O levantamento do IBGE trata também da condição dos domicílios particulares permanentes, que abrangem 99,5% da população. Desconsideram, portanto a população carcerária de 725 mil presos, os 100 mil que moram nas ruas e outros que residem em asilos, hospitais, alojamentos e outras moradias improvisadas.

A SIS 2018 mostrou que 13% da população (27 milhões de pessoas) vivia em domicílios inadequados. O adensamento excessivo (casas com mais de três moradores por quarto) atinge 12,2 milhões, ou 5,9% da população do País, em 2017. Mais de 10 milhões comprometem 30% do rendimento domiciliar com aluguéis. E 5,4 milhões não possuíam em casa banheiro de uso exclusivo. Entre as pessoas abaixo da linha de pobreza, 57,6% tinha restrição a pelo menos um serviço de saneamento (água tratada, coleta de lixo e esgotamento). Na população em geral, a proporção é de 37,6%.

Educação

A SIS 2018 mostrou que, de 2009 a 2016, o percentual de matrículas por cotas no ensino superior público triplicou, subindo de 1,5% para 5,2%. Enquanto isso, nas privadas, o PROUNI subiu 28,1%, passando de 5,7% para 7,3%. O acesso ao ensino superior ainda é 2,2 vezes maior entre os que vieram da rede privada. Dos que concluíram o nível médio na rede pública, 35,9% ingressou no ensino superior, enquanto que quase 79,2% dos que cursaram a rede privada chega ao ensino superior. **Partindo das metas do PNE, a SIS mostra que não se atingiu a universalização das crianças de 4 a 5 anos na educação infantil. Mesmo com a obrigatoriedade, a taxa passou de 90,2% para 91,7%.**

Agenda 2030: demagogia do imperialismo

O documento do IBGE, em vários pontos, recorre às metas da Agenda 2030, firmada por 193 países, em 2015. Em nome do “desenvolvimento sustentável”, o documento diz que o objetivo de acabar com todas as formas de pobreza, sobretudo a extrema, é o maior “desafio global”. As faixas para medir a pobreza vêm da régua dos organismos imperialistas. Não há uma linha da pobreza nacional. Usando o critério dos US\$ 5,50 por dia (cerca de R\$ 406,00 mensais), 55 milhões de pessoas (26,5% da população) eram

consideradas pobres. Número 0,8% maior do que o de 2016. Dos 55 milhões de pessoas, mais de 25 milhões eram do Nordeste, onde 44,8% da população está abaixo dessa linha. No Sul, são 12,8%.

A pobreza extrema – pessoas com renda familiar U\$1,90 per capita por dia (cerca de R\$140) – também cresceu de 2016 a 2017. Passou de 6,6% da população, em 2016, para 7,4%, no ano seguinte, chegando a 15 milhões de pessoas.

Com base em cálculos da renda mensal necessária para as pessoas ultrapassarem essas linhas, o IBGE estima que, para acabar com a pobreza extrema, seriam necessários R\$ 1,2 bilhão por mês. Já para tirar as pessoas da faixa de pobreza, o montante seria de R\$ 10,2 bilhões mensais. Para se chegar a esse valor, seria necessário quadruplicar o orçamento do Bolsa Família. Diante da riqueza produzida no país, esses valores são uma ninharia. Só para se ter uma ideia da proporção, segundo levantamento da auditoria cidadã da dívida, paga-se POR DIA 3,5 bilhões em juros e amortizações da dívida pública.

É evidente, porém, que, mesmo que o capital financeiro fosse menos voraz e permitisse essa redistribuição, a pobreza não seria eliminada. Para acabar com a pobreza extrema é necessário acabar com a riqueza extrema. Ambas formam uma unidade decorrente da lei geral da acumulação capitalista. A riqueza concen-

trada em um polo leva a miséria a se concentrar em outro. Além disso, o problema não reside na distribuição, mas na produção, nas relações de propriedade e exploração do trabalho.

Enfrentar a barbárie social com o programa da revolução proletária

Essa descrição retrata as contradições fundamentais do capitalismo em decomposição. Os explorados estão obrigados a combater por uma plataforma de defesa contra a pobreza, miséria e a fome. Mas, como ponto de partida para cumprir o programa de expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, coletiva, socialista. O capitalismo é irreformável, tem de ser destruído pela revolução proletária. Toda tentativa de confiar à burguesia as reformas, voltadas a solucionar os grandes problemas, conclui em fracasso e traição. É o que mostra a experiência com os governos do PT. As reformas que interessam aos capitalistas são opostas às necessidades mais elementares das massas. São de conteúdo antinacional e antipopular. A vanguarda deve compreender amplamente esse quadro para se libertar do reformismo e do centrismo. Está obrigada a se organizar em torno à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Manifesto

Lutemos contra a imposição do obscurantismo religioso Derrotemos a “Escola Sem Partido”, a censura, a mordaza e a delação Viva a liberdade de expressão, de ensino, de manifestação e de organização Em defesa do ensino científico, laico, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha!

Ocupará o cargo de ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, com o objetivo expresso de impor ao País as autoritárias prescrições da “Escola Sem Partido”. Esse desconhecido senhor, de repente, é pinçado pela camarilha de Bolsonaro para acabar com uma suposta esquerdização dos educadores, professores, diretores e reitores.

As igrejas e a Frente Parlamentar Evangélica gritam, aos quatro ventos, contra a “doutrinação política” e o perigoso descaminho da juventude devido à “educação de gênero”. Para os obscurantistas, chegou a hora da cruzada pela religião, família e valores morais.

As igrejas evangélicas querem fazer crer que, nas eleições, lhes foi dada a soberania popular para impor uma disciplina policial nas escolas e um regime de delação e perseguição aos esquerdistas, comunistas, a gramscistas e a tudo que diz respeito a uma dita “cultura marxista”, que supostamente tomou conta do ensino. A culpa seria do PT e de suas ligações internacionais com o castrismo, chavismo e Farcs. Haveria um movimento cultural e educacional mundial voltado a suprimir os ensinamentos religiosos, a retirar da família a educação dos filhos e a contaminar o ensino público com a pregação do aborto, do homossexualismo, do antirracismo, das ideias materialistas e evolucionistas. É próprio do pensamento reacionário colocar no mesmo balaio o nacionalismo, reformismo,

comunismo, socialdemocracia e marxismo, etc. É bem de seu interesse confundir a realidade com elucubrações, ficções e, sobretudo, falsificações.

A que se opõem, de fato, as igrejas, em suas mais diversas vertentes? O que, de fato, o PT, intelectuais, educadores e professores, principalmente um contingente que não se submete à religião, vêm defendendo? Colocam-se pelo conhecimento e discussão de fenômenos e problemas que afetam a população, especialmente a juventude. São eles: aborto, discriminação, violência, racismo e interpretação histórica. Nesse terreno, desenvolve-se uma discussão crítica, ainda que limitada e cerceada. É preciso distinguir as formulações, explicações e divergências do que se alcançou na prática.

Dois pontos são capitais para as igrejas, em geral. Aborto e homossexualidade. No primeiro caso, o dogma de fé da concepção divina é contraposto, de cima, à situação concreta dos milhares de abortos clandestinos, mutilações e mortes de mulheres. Apoia-se na separação idealista – elevada à condição dogmática – entre o espírito e corpo. No segundo, contraposto ao reconhecimento da homossexualidade como obra da natureza, da vida física e psíquica do ser humano, cuja discriminação social resulta em brutal violência. A religião se escora na tese, comprovadamente absurda, de que se trata de um desvio, que deve ser combatido pela fé e pela moral.

As instituições do Estado burguês e de setores privados têm sido forçadas a reconhecer os fatos, vastamente demonstrados, sobre a gravidade do aborto clandestino, assassinatos de homossexuais, discriminação e violência contra os negros pobres e miseráveis. Não podem, porém, solucionar tais opressões.

Os governos do PT traçaram a via gradativa da diminuição das “desigualdades”. Via essa que tem suas diretrizes montadas pela ONU, que nasceu e se mantém sob o controle das potências imperialistas. Temas polêmicos, como os da discriminação da mulher, racial e sexual, não se circunscrevem ao Brasil. A própria fundamentação de gênero, que não tem nada de científico e serve à política do reformismo, vem da academia e do movimento externos.

A Lei Maria da Penha, o Estatuto Racial e o Estatuto da Criança e Adolescente resultaram dessa pressão internacional e, sem dúvida, dos movimentos internos. O mesmo se pode dizer da discussão do direito ao aborto, que chegou até a hoste do Supremo Tribunal Federal. É conhecida a acusação das igrejas de que existem “abortistas” entre os juízes. O reconhecimento de direitos civis dos homossexuais em construir famílias contraria frontalmente os cânones dos padres e pastores.

É importante essa descrição para se ter claro que era e é inevitável que a escola, universidades e entidades culturais refletissem a marcha desses acontecimentos e, com ela, o confronto entre posições reacionárias e posições progressistas (ainda que pouco consequentes), entre conservadores e reformistas. Basta identificar esse processo das duas últimas décadas – o governo burguês conservador de Fernando Henrique Cardoso deu partida à discussão sobre direitos humanos, incentivado pela ONU – para se constatar a farsa dos ultradireitistas em afirmar que o ensino está tomado por esquerdistas, gramscistas e comunistas.

É completamente falso que os professores estão encarregados da orientação sexual dos estudantes e que usam a doutrina de “gênero” para incentivar o homossexualismo. Somente com o total desconhecimento da variação da natureza e das tendências naturais e psíquicas do ser humano, se pode chegar à excrescência sobre a indução cultural à pluralidade sexual e à negação da relação heterossexual. O mesmo se pode dizer da acusação de que a explicação e a defesa do direito ao aborto induzem a mulher a abortar. Ocultam-se, na verdade, as terríveis condições suportadas pelas mulheres na sociedade de classe. É completamente sem sentido e imbecil denunciar os livros didáticos, provas de vestibulares, etc. como instrumentos utilizados para fazer da escola um canal partidário de ideologização partidária esquerdista.

No Congresso Nacional, os evangélicos e bolsonaristas de todos os naipes diretistas retomaram a ofensiva para aprovar o projeto “Escola Sem Partido”. Querem aproveitar o estertor do governo de Temer, para concluir a votação e colocar mais uma arma nas mãos de Bolsonaro, contra o movimento que luta pelo fim das discriminações.

Depois de um breve momento de incógnita, Bolsonaro escolheu para o ministério da Educação Mozart Neves. Esse

sim, muito bem conhecido do meio acadêmico e da política burguesa. Imediatamente, foi aplaudido até por setores não bolsonaristas. Neves é diretor do Instituto Ayrton Senna, que, por sua vez, é um dos fundadores da instituição “Educação Para Todos”, mantida por poderosos grupos econômicos, entre eles, Fundação Bradesco, Itaú, etc. “Educação Para Todos” é orientada à privatização e à influência direta do empresariado sobre a condução do ensino no País. Neves cumpriria muito bem esse papel, seguindo a orientação ultraliberal do ministro Paulo Guedes. A Frente Parlamentar Evangélica vetou. Exigiu um ministro perfilado aos ditames das igrejas.

Bolsonaro se curvou diante do ultimato dos partidários da “Escola Sem Partido”. Sua vitória eleitoral dependeu do aparato das igrejas evangélicas. Precisarás das Frentes Parlamentares para arregimentar a maioria do Congresso Nacional. Esse acontecimento mostra mais nitidamente a crescente influência das igrejas na política burguesa e a utilização do Estado para reforçar seu império econômico (rede de rádio e televisão, rede de escolas, controle de instituições assistenciais, etc.). O fundamental da ascensão da ultradireita, de traços fascizantes, está em que expressa a decomposição da política burguesa e da democracia oligárquica.

Está colocada a luta pela escola científica, contra a ofensiva das igrejas. A religião é incompatível com o processo civilizatório, que tem por base o conhecimento objetivo da realidade, o universo conceitual que reflete o real em transformação, os métodos extraídos dos processos práticos, a concepção materialista e dialética do mundo e as necessidades de mudanças advindas das contradições.

Está colocada a luta pela escola científica, contra a ofensiva das igrejas. A religião é incompatível com o processo civilizatório, que tem por base o conhecimento objetivo da realidade, o universo conceitual que reflete o real em transformação, os métodos extraídos dos processos práticos, a concepção materialista e dialética do mundo e as necessidades de mudanças advindas das contradições. A “Escola Sem Partido” representa um ataque das igrejas a qualquer traço científico do ensino, da aprendizagem e da educação, que ainda se conserva na escola desvinculada da produção social e construída em grande medida sobre alicerces que separam a teoria e a prática.

A UNE, DCEs, CAs e sindicatos precisam romper a passividade. Sua direção deu provas de incapacidade. Não trabalhou para derrotar a ofensiva da “Escola Sem Partido”, esperando que o Congresso Nacional não aprovasse o projeto. De qualquer forma, Bolsonaro colocará seu governo a serviço do obscurantismo.

A Corrente Proletária da Educação/POR chama a juventude e os trabalhadores da educação a se organizarem e a se levantarem em defesa da liberdade de ensino. Já mostramos, recentemente, a capacidade de ocupar nacionalmente as escolas e universidades e ganhar as ruas. É preciso retomar esse caminho de luta. E se colocar por um amplo movimento contra a reforma da previdência, privatizações, desnacionalizações e a reforma do ensino médio. A juventude e os docentes devem se unir à classe operária e demais explorados contra o governo ditatorial de Bolsonaro e os ataques obscurantistas à educação. O caminho para essa unificação é a de se colocar sob as mesmas reivindicações que defendem a vida dos oprimidos e o ensino. Está colocada a organização de um movimento nacional de frente única de mobilização, que possibilite erguer a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária

Unificar a luta dos operários que prestam serviço na Braskem

No dia 30 de novembro, a direção do sindicato Construmob (construção civil e mobiliário), de Santo André e região, ligado à CUT, realizou uma assembleia com os operários das empresas Manserv, Odebrecht, Schiarelli, Imoterpa e Rip, que prestam serviço à Braskem. A direção iniciou a assembleia resgatando a importância da greve realizada em agosto deste ano, contra o objetivo da empresa em aumentar o valor do plano médico e reduzir o vale alimentação. Foram 5 dias de greve dos trabalhadores da Manserv, que prestam serviço à Braskem, e 37 dias na Manserv, que presta serviço à Recap/Petrobras. Com a greve, os companheiros conseguiram impedir a redução no valor do vale alimentação e um valor de coparticipação menor do que pretendia a empresa.

A luta de agosto mostrou que somente com a greve é possível defender os direitos e lutar pelas reivindicações. A Manserv e demais empresas, que prestam serviço à Braskem e Recap, há muito, vêm demitindo os operários que ganham mais e contratando outros, pagando menos. Depois de quase 10 anos sem luta, perdendo direitos, os operários pressionam a direção a fazer a greve, combater o ataque da empresa a seus direitos.

Um dos problemas que houve na greve de agosto foi não ter mantido a unidade dos trabalhadores das cinco empresas até o final da luta. As reivindicações eram as mesmas. As empresas usaram a velha tática de dividir os operários. A Manserv apresentou uma proposta, as demais ficaram de tocaia. A

direção fez a assembleia em separado com os companheiros da Manserv e aprovou o acordo.

O mais grave. Um mês depois da greve, a Manserv demitiu mais de 80 companheiros, que ganhavam mais, e contratou outros, ganhando menos. A direção sindical nada fez para combater as demissões. Nenhuma assembleia foi realizada para decretar a greve e defender os empregos. Isso mostra que é necessário organizar no interior das empresas as comissões de fábrica de luta, independentes, classistas e revolucionárias, para combater os ataques da patronal e defender as reivindicações vitais da classe operária por meio da ação direta, da greve.

O sindicato informou que na data base do próximo ano será em maio, a pauta de reivindicações e a negociação serão feitas, ao mesmo tempo, com as cinco empresas. Devemos exigir a realização de assembleias unificadas e democráticas. Assim, nada pode ser acordado sem a assembleia unificada.

É necessário na campanha salarial combater as demissões e o desemprego, levantando a bandeira de redução da jornada sem redução nos salários, a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados. Que todos os trabalhadores recebam um salário mínimo vital, que seja o suficiente para manter suas famílias.

Defender a luta unificada das cinco empresas que prestam serviço na Braskem e Recap/Petrobras. Nada de fazer acordos por empresas.

Patrão da Lorenzetti não quer assinar o acordo da data base

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo esteve na porta da fábrica para dizer que o patrão da Lorenzetti não quer assinar o acordo coletivo de 5% de reajuste salarial e manutenção das cláusulas do acordo coletivo. Segundo o sindicato, o patrão queria mudar trinta cláusulas, agora quer modificar quatro pontos e por isso a direção sindical não assinou o acordo. Eis os pontos: 1º) estabilidade para os operários e operárias, que têm problemas de saúde, sequelas por acidente de trabalho e por doença profissional, sendo que o acordo coletivo garante a estabilidade até a aposentadoria, mas o patrão da Lorenzetti quer acabar com essa estabilidade; 2º) prática de fazer a homologação na própria fábrica – o patrão adotou essa prática principalmente nas últimas e recentes demissões, vários operários (as) fizeram a homologação com o departamento pessoal da fábrica (claro que isso, além da demissão, é um fator de ganho para o patrão, que faz a conta a seu favor). O acordo coletivo diz que a homologação deve ser no Ministério do Trabalho, ou na sede do sindicato; 3º) na quitação anual, demite-se o operário que recebe um salarial maior por meio de acordo, e o recontrata pelo piso salarial, que está em torno de R\$ 1.700,00. Essa quitação foi criada pela reforma trabalhista, o que enfraquece o sindicato e a própria burocracia dirigente; 4º) outro ponto é o ataque da Lorenzetti ao sindicato, que tem utilizado o mecanismo de fazer os operários e as operárias assinarem uma carta de desistência do sindicato. Por isso, o acordo coletivo não foi fechado. Trata-se de uma investida contra o contrato coletivo de trabalho. A reforma trabalhista da ditadura civil de Temer permite esse ataque patronal.

A diretoria do sindicato informou aos operários, na porta da fábrica, o porquê de não ter assinado o acordo. Disse que a administração da fábrica quer dificultar a vida dos trabalhadores, e que quer estar à frente da implantação da reforma trabalhista. Tudo isso é correto, porém, não apontou nenhum caminho, jogou palavras ao vento.

O que vem acontecendo com a Lorenzetti indica que a reforma trabalhista acaba com as campanhas salariais, dá completos poderes arbitrários aos capitalistas, e facilita impor uma bruta exploração. O explorador precisa fazer os operários trabalharem mais e receberem menos. É assim que aumenta o seu lucro e aumenta a sua riqueza.

A direção do sindicato se mostra impotente, incapaz e desinteressada organizar a greve. Não pretende derrubar a reforma trabalhista por meio da unificação da classe operária em defesa do contrato coletivo de trabalho, do fim da terceirização, da proibição de redução salarial, da preservação dos direitos previstos na CLT e dos empregos. Faz pouco que os metalúrgicos da Lorenzetti paralisaram a fábrica e a direção traiu os grevistas, negociando às suas costas com o explorador. Em seguida, vieram as demissões e a direção assistiu de camarote o explorador aplicar sua ditadura patronal.

É importante lutar para que a Lorenzetti pague os 5% e acate o acordo coletivo. Os operários têm de exigir a convocação da assembleia, que deve começar por repudiar a traição sofrida. A luta não pode permanecer só na Lorenzetti. Está colocada uma campanha em todos os ramos de produção e atividades assalariadas para acabar com a reforma trabalhista e a lei da terceirização.

General Motor dos EUA anuncia demissão de 15 mil trabalhadores

Conforme anunciamos no jornal Massas 576, a montadora General Motors dos EUA irá fechar sete fábricas nos EUA e Canadá. Serão 15 mil trabalhadores demitidos. Segundo informações, serão cinco unidades dos estados de Michigan e Ohio e duas no Canadá. Além disso, a GM promete o fechamento de mais duas, sem dizer onde.

Aparentemente, a notícia pegou o presidente Trump de surpresa. Mas, é só aparentemente. Sabemos que os governos são aliados íntimos das multinacionais. São os responsáveis por abrir os espaços no comércio mundial para beneficiar seus interesses. Essa atitude de espanto é um jogo de cartas marcadas. Seu objetivo é apenas não perder o eleitorado do Meio-Oeste americano, que votou em peso em sua candidatura.

O boletim da Conlutas se utiliza da expressão “capitalismo selvagem” para criticar a ação da montadora. Diz isso porque a

GM se utilizou de bilhões de dólares dos cofres públicos norte-americanos para sanear a sua bancarrota com a crise econômica de 2008. Foi parcialmente estatizada pelo governo de Obama e depois, quando já saneada, foi devolvida ao controle privado. Não há nada de “selvagem” nisso. É próprio da dinâmica do capitalismo se utilizar do Estado, quando dos momentos de profunda crise econômica.

A crise de superprodução que atravessa o capitalismo, e que perfaz uma década, ainda não destruiu forças produtivas suficientes para sair do atoleiro. A tendência para o próximo ano é de mais cortes de empregos e rebaixamento salarial. Cabe à classe operária exigir de suas direções sindicais que abandonem a política de conciliação de classes. Que parem de servir de muro de contenção contra a luta de classes. Somente a classe operária, com seus métodos próprios de luta, pode impedir a destruição de postos de trabalho.

Fim do imposto sindical coloca em xeque a burocracia sindical

Com o fim do Imposto Sindical obrigatório, a partir de julho de 2017, e confirmado pelo STF, em junho deste ano, os sindicatos de conciliação de classes estão em apuros. O montante recebido pelas centrais e sindicatos era extraordinário. Retirados, obrigatoriamente, dos salários dos trabalhadores e da contribuição dos patrões, o valor é referente a uma empresa de grande porte.

A CUT, por exemplo, recebeu, em 2017 (janeiro a agosto), R\$ 54 milhões. Em 2018, no mesmo período, recebeu “parcos” R\$ 2,5 milhões. Com isso, a Central está promovendo demissão e venda de sedes próprias. A Força Sindical, sempre auxiliando os governos, também se encontra com o mesmo problema. Reduziu o número funcionários e está se desfazendo dos imóveis, inclusive de sua sede, conhecida como “Palácio dos Trabalhadores”. Diz que seu orçamento reduziu em 90% neste ano. Segundo o Dieese, órgão de pesquisa vinculado à CUT, os sindicatos brasileiros, que hoje empregam 300 mil pessoas, vão perder um terço dessa força de trabalho.

O Imposto Sindical foi instituído no governo de Getúlio Vargas, em 1940, com o claro propósito de controlar as organizações independentes dos operários. Eliminar a tradição de luta operária no início da formação dos sindicatos, que tinham como princípio a luta contra a exploração dos patrões e o auto-financiamento. Sendo assim, o propósito de Vargas se concretizou. Gerações de sindicalistas não abdicaram dessa forma de estruturação financeira dos sindicatos.

Construção civil fecha 152 mil postos de trabalho

Em apenas um ano, as empresas de construção civil demitiram 152 mil trabalhadores. A crise econômica, a velha corrupção das empreiteiras ligadas aos governos, e a diminuição do orçamento para o programa de moradias populares Minha Casa Minha Vida são apontados como responsáveis pela demissão em massa. Além disso, com o elevado índice de desemprego, milhares de credores devolvem suas casas, por não poderem arcar com os empréstimos. Como se vê, a corda arrebenta do lado mais fraco. No fundo de tudo, está a crise

No entanto, as direções das Centrais e sindicatos defendem que é preciso reinventar para sobreviverem. Discutem a adoção de outros modelos de sindicato, como dos EUA (com apenas 190 entidades), que funcionam como escritórios de assessorias jurídicas, ou como da Alemanha, que são divididos em sindicatos nacionais e comitês de empresas.

É preciso analisar os motivos da bancarrota financeira dos sindicatos e Centrais. A política de estatização dos sindicatos e de conciliação de classes deixou a classe operária e os demais explorados órfãos de suas entidades de classe. Os acordos de bastidores com os patrões, as concessões feitas à custa de demissões e arrocho salarial (banco de horas, layoff, PDV, terceirização, reforma trabalhista, etc.), a participação nos governos e o divisionismo causaram a desconfiança dos trabalhadores em suas direções.

O Partido Operário Revolucionário defende a independência dos sindicatos em relação aos patrões e aos governos. Defende a unidade sindical, através da bandeira de uma única central. Defende que a única tarefa dos sindicatos é a defesa da força de trabalho contra os ataques da burguesia e dos governos. Os operários não se negarão a se filiar e a sustentar os sindicatos, caso seja restabelecida a democracia sindical e a organização independente, e caso passem a confiar em sua direção, e ter a prova concreta de que com a luta se defenderão das demissões, da terceirização, do rebaixamento salarial e de toda arbitrariedade patronal.

de superprodução e a recessão que atingiu profundamente a economia brasileira.

Os operários da construção civil sofrem brutal exploração. No entanto, as direções sindicais mantêm os trabalhadores desorganizados e profundamente despolitizados. Reclamam das demissões, porém, não realizam campanhas de agitação, propaganda e organização das bases. É preciso organizar um movimento de oposição, para varrer a burocracia corrompida e constituir uma nova direção.

Todo apoio aos assentados de Ariadinópolis (MG)

A luta pelo direito à terra é antiga no Brasil. A concentração fundiária é herança do período colonial brasileiro. Uma minoria de latifundiários concentra a maior parte das terras produtivas, enquanto a maioria de camponeses ou fica com as piores terras ou é obrigada a trabalhar para os grandes fazendeiros.

A ocupação de Ariadinópolis, em Campo do Meio (sul de Minas), que já completa 20 anos, é um exemplo dessa situação de concentração fundiária. A ocupação é fruto da falta de pagamento das indenizações, quando da falência da empresa Usina Ariadinópolis Açúcar e Álcool S/A, no final da década de 1990. É o maior assentamento de terras na região de Minas Gerais. A dívida do proprietário da fazenda com os trabalhadores agrários é suficiente para legitimar a posse da terra. No entanto, a justiça burguesa dá causa ganha aos proprietários. Exige que as famílias, cerca de duas mil pessoas, saiam em sete dias. Justificam a reintegração de posse, com a falácia de que

a fazenda não é produtiva, ou que a posse da terra não é legal, como alega o deputado Antônio Carlos Arantes/PSDB.

Sabemos que uma grande extensão de terra passou para as mãos de latifundiários pela via da grilagem. Faz parte desse processo de apropriação o uso da violência contra camponeses e indígenas. A ocupação da Usina Ariadinópolis Açúcar deve ser defendida por meio da aliança entre a classe operária e os camponeses. O problema está em que as direções do movimento camponês e dos sindicatos operários, bem como das centrais, mantêm os explorados do campo e da cidade divididos.

O Partido Operário Revolucionário apoia integralmente a luta dos assentados. Nenhuma ilusão no parlamento ou nas instituições do Estado burguês e em sua justiça. Somente a luta de ação direta em unidade com a classe operária poderá barrar a justiça burguesa. É urgente erguer a bandeira de expropriação dos latifúndios sem indenização e entrega aos camponeses.

Ceará / Decretar a greve contra demissão dos cobradores, implementado pelo SINDIONIBUS e Roberto Cláudio/PDT

Os sintomas da crise capitalista estão longe de serem superados, pelo contrário, se aprofundam, por mais que os governos digam que não. A saída encontrada pela burguesia e os governos é aplicar o ajuste fiscal e as reformas: trabalhista, previdenciária, terceirização, etc. Todas essas medidas visam à proteção do lucro do grande capital (grandes empresas), diante na queda da taxa de lucro.

O perfeito Roberto Cláudio, em conluio com os empresários de ônibus de Fortaleza, lançaram um projeto: o sistema da bilhetagem eletrônica, para eliminar a função de cobradores. Com a implantação do validador, os ônibus funcionarão apenas com motoristas, e a previsão é de demissão de mais de 4.500 cobradores. O ramo de transporte urbano é um dos mais lucrativos, as empresas lucram centenas de milhões, mensalmente, tendo em vista os altos preços de passagem e o custo relativamente baixo em relação a outros setores. O que acontecerá a todos esses cobradores demitidos? Desemprego. Segundo o “Diário do Nordeste”, durante a crise, só no estado do Ceará foram mais de 24 mil postos de trabalho perdidos, ou seja, milhares de trabalhadores estão desempregados. Com esse projeto, outros tantos enfrentarão a dura realidade de ver sua família passar necessidades. É um projeto criminoso e cruel do

SINDIÔNIBUS e da Prefeitura com esses trabalhadores, que tanto colaboraram para os lucros milionários.

Qual a saída? A saída é a greve, essa é única forma dos trabalhadores lutarem contra seus patrões, e conseguirem o direito de continuar trabalhar e sustentar sua família. A direção do SINTRO vem realizando atos nos terminais e participando de audiências públicas, mas é preciso avançar na luta contra a precarização e o desemprego; se não se construir uma massiva greve contra o SINDIOBUS e prefeitura de Fortaleza, será mais difícil derrotar tal ofensiva patronal.

Nossas Propostas:

- 1) *Abaixo o projeto validador eletrônico dos capitalistas e do prefeito!*
- 2) *Preparar a resistência contra as demissões, com uma massiva greve!*
- 3) *Que o PT, PSOL, PSTU e demais correntes de esquerda se coloquem pela formação de Frente Única Anti-imperialista, sob a direção da classe operária!*
- 4) *Estatização do sistema de transporte de Fortaleza, sob o controle dos trabalhadores!*
- 5) *Passe Livre para Estudantes e Desempregados!*

Paraná / Em Londrina, empresa de ônibus faz terrorismo para chantagear a prefeitura

No dia 29 de novembro, a Empresa de Transporte Coletivo Grande Londrina – TCGL – anunciou o encerramento de suas atividades na cidade de Londrina. A Prefeitura do município abriu processo de licitação para escolher a empresa que terá direito a explorar o serviço por 15 anos. A empresa TCGL, que já explora o transporte há 60 anos, não concordando a margem de lucro contemplada no edital aberto, veio à público para reclamar dos valores estabelecidos na licitação, e ameaçou despejar no olho da rua cerca de 1.600 funcionários. Trata-se de uma chantagem para arrancar uma margem maior de lucratividade.

Já o prefeito Belinati defendeu o edital, dizendo que está “acabando com um monopólio”, se vangloriando de uma “benfeitoria” para a população. É certo que, no capitalismo, o estado é o balcão de negócios da burguesia. Os capitalistas dos transportes, incluindo a TCGL, já foram acusados, numa Comissão Especial de Inquérito, de pagarem um “mensalinho” para os vereadores do município. Tudo indica que esse espetáculo armado não passa de

demagogia para aumentar a margem de lucros das empresas, que já atuam em Londrina, ou de que existe outra empresa que veio a ocupar, através de seu poder econômico, o trono da TCGL.

O Sindicato de trabalhadores – vendido aos patrões há décadas – por sua vez, manifesta sua “indignação”, chamou assembleias para discutir o problema das demissões. Acionou órgãos ligados à própria prefeitura para “esclarecimentos sobre as garantias dos trabalhadores”. Ou seja, tudo leva a acreditar que a pressão do sindicato será para a prefeitura alterar o edital em favor da empresa, para – segundo eles – garantir o emprego dos mais de 1.500 funcionários.

O Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo, do qual a Corrente Proletária/POR faz parte, defendeu a independência de classe dos explorados, erguendo a bandeira de estatização do transporte, que saia das mãos dos empresários e passe para o controle de quem usa e de quem trabalha.

SERVIDORES MUNICIPAIS DE SP VOLTAM ÀS RUAS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Os servidores municipais de São Paulo tomaram as ruas do centro da cidade, mais uma vez, em 2018. Milhares de trabalhadores, a grande maioria de trabalhadores da educação, fizeram sua assembleia, e marcharam, da frente da Câmara de Vereadores, até o prédio da Prefeitura, no dia 5 de dezembro. O ato foi convocado pelas entidades do funcionalismo, principalmente pelo Sinpeem, dada a ameaça de retomada da tramitação do PL 621 pelo legislativo, projeto que propõe instituir o regime de previdência complementar (Sampaprev).

Trata-se da bola da vez para a burguesia: no plano de ajuste imposto pelo capital financeiro, a reforma da Previdência sempre foi o ponto mais cobiçado. No fundo do problema, se encontra a dívida pública gigantesca. Os banqueiros exigem que o Brasil semicolonial corte fundo na carne dos oprimidos, retirando direitos, saqueando as suas riquezas naturais, entregando as estatais, impondo o arrocho salarial e a precarização dos serviços públicos. Temer, na esfera federal, conseguiu impor uma boa parte desse plano antinacional e antipopular, com a aprovação da reforma do ensino médio, da lei da terceirização, da PEC do Teto e da reforma trabalhista, mas não pôde atacar ainda a aposentadoria dos explorados, em razão das divergências no seio da própria classe dominante.

No município, a reforma previdenciária também já sofreu alguns reveses. Haddad e Doria tentaram aprovar o PL da Sampaprev e foram derrotados pela mobilização dos servidores. A derrota sofrida por Doria foi particularmente importante, tendo em vista a enorme demonstração de força dos trabalhadores, que fizeram uma greve ativa e representativa, manifestações massivas, com cerca de 100 mil pessoas tomando as ruas, além dos atos regionais e demais ações de esclarecimento junto à população. Tudo isso se deu em março desse ano. Está, portanto, bastante fresco na memória, tanto dos servidores, quanto do governo.

A tentativa do governo Covas, que sucedeu Doria como prefeito, é de aproveitar a desmobilização natural de fim de ano. É bom lembrar que Haddad e Doria também usaram esse expediente: o petista apresentou o PL da Sampaprev em dezembro, ao apagar das luzes de seu governo (havia acontecido as eleições e a pretensão de reeleição de Haddad tinha naufragado); Doria encaminhou, em dezembro do ano seguinte, o seu substitutivo ao PL 621, propondo elevar as alíquotas de contribuição dos servidores de 14% até 19%, dependendo da faixa salarial, medida caracterizada corretamente pelo funcionalismo como um confisco dos seus proventos.

É importante retomar esse histórico, pois, se trata de uma armadilha perigosa para os trabalhadores. É com essa tática que Covas almeja aprovar o projeto. Conta com uma conjuntura pós-eleições em que as tendências mais conservadoras da política nacional saíram fortalecidas, com a consequente onda ideológica desfavorável para os sindicatos e para a esquerda em geral. O imobilismo das direções, aliás, tem contribuído de sobremaneira para esse avanço da direita e das ideias obscurantistas. A CUT, o MST, a UNE e a CNTE continuam inertes, quando deveriam estar enfrentando a conjuntura de reforço das tendências fascizantes, e preparando as massas para se defender do governo ditatorial de Bolsonaro, que está se formando.

No caso do Sinpeem, o que se observa é a repetição dos equívocos do primeiro semestre. O principal deles é a subordinação do movimento ao calendário da Câmara e às manobras parlamentares. Começou errando, ao considerar uma vitória completa a não votação do projeto, ao invés de manter a luta pela retirada definitiva da proposta. Depois, passou a supervalorizar a tática de atrasar a instauração do Grupo de Estudo sobre o tema da Previdência. A trégua de 120 dias, inclusive, deveria contar a partir do início dos seus trabalhos. Não adiantou nada, o tal Grupo foi instaurado, e o PL está para ser votado – os 120 dias viraram 30 e agora pode ser que nem esse tempo seja respeitado. Agora, alimenta-se a ideia de que é possível “obstruir” as votações na Câmara – um grande engodo!

O campo da pressão parlamentar é um campo minado. Os vereadores não se movimentam por bons argumentos, e sim pelo aparato dos partidos, pelos interesses corporativos, pelo poder econômico e, sobretudo, pelos interesses de classe. Sendo assim, a categoria deveria confiar apenas em suas próprias forças, deveria estar concentrando seus esforços em superar o obstáculo do calendário. Se é verdade que é mais difícil mobilizar durante esse período de virada do ano, a ação da direção deveria estar voltada a contornar os empecilhos. Se a classe acompanharia ou não, não cabe tentar adivinhar. Uma direção classista prepararia as condições e convocaria os trabalhadores. Isso porque não há outro caminho por onde os servidores poderão sair vitoriosos. Foi o que revelou a experiência da greve de março. Se não fossem os 100 mil na rua, em greve, não teria sido possível a vitória temporária conquistada.

Outro equívoco que deve ser evitado é o do corporativismo. Aos trabalhadores de base não interessam as disputas de aparato entre as burocracias sindicais. As briguinhas entre os carros de som do Sinpeem e do Sedin (sindicato da educação infantil, ligado ao petismo), tal como se deu no dia 5, soam ridículas para a base. As direções dos diversos sindicatos do funcionalismo municipal, que não colocam peso e não paralisam de fato os seus setores, precisam ser superadas na luta pelos trabalhadores de base. A unidade é uma necessidade dada pela situação concreta. Deve dar-se a partir do município, e se estender até o plano nacional. Para isso, as centrais e a CNTE precisariam agir. A Corrente Proletária na Educação defende a formação de uma ampla frente de esquerda, no campo da independência de classe, para enfrentar a ofensiva patronal e o crescimento das tendências direitistas.

O último equívoco que merece menção, que deve ser evitado, é o de aceitar as emendas ao projeto. Já há um aceno do governo no sentido de retirar a progressividade dos descontos, que, pelo projeto do Doria, poderiam chegar a 19%. Restaria a instituição do regime de Previdência complementar, e a elevação do desconto para 14% “somente”. A bandeira deve ser de retirada do projeto, nenhuma reforma da Previdência e não pagamento da dívida pública! Os explorados não devem pagar pela crise econômica! A Corrente Proletária na Educação defende a organização da luta, seja quando for, com o método da classe operária, que é a ação direta (greve, passeatas, ocupações etc.). Nenhuma confiança nos vereadores! Derrotar a Sampaprev com os trabalhadores nas ruas!

Rio Grande do Norte

Funcionalismo estadual realiza ato contra o atraso de salários

Após um ano, a mesma história se repete. Sindicatos do funcionalismo estadual organizaram ato em frente a governadoria para cobrar do atual governo Robinson o pagamento do resto do 13º de 2017 e dos salários de outubro, e a garantia do pagamento em dia dos salários de novembro, dezembro e 13º de 2018. O governo ameaça que não poderá pagar todo o salário ainda neste ano, e que espera o julgamento no TJRN para antecipação de receitas de royalties, sem data prevista.

O ato contou com cerca de 300 pessoas. As direções não tinham sequer um plano para o ato, e decidiram na hora por buscar uma audiência, onde entregaram uma pauta de reivindicações, mas sem conseguir nenhuma garantia de pagamentos. Dentre as reivindicações, está a da repactuação de verbas entre os poderes e a recuperação da dívida ativa, colocadas como supostas saídas para a crise no estado, mas que não vão à fundo no real problema, que é a política de ajuste fiscal do governo federal para o pagamento da dívida pública, além da existência do latifúndio e das relações de produção capitalistas no estado.

O POR interveio com banca de materiais, faixas, manifestos e intervenção, defendendo que os salários não podem esperar até o próximo governo e devem ser pagos ainda este ano, denunciou o governo Robinson, que despeja os efeitos da crise sobre os explorados, ao mesmo tempo que mantém subsídios fiscais a capitalistas, como Flávio Rocha, que superexplora a força de trabalho e chantageia transferir seu capital para o exterior, e colocou a necessidade de uma frente única sindical, que una o funcionalismo de todos os estados contra a política de ajuste fiscal dos governos.

Futuro governo de Fátima Bezerra (PT) já dá vestígios de que atacará os explorados

Segundo a diretora do SINTE/RN, Fátima Cardoso, na reunião com o Fórum dos Servidores do RN, ao tratar sobre o pagamento em dia de salários e aposentadorias e sobre o cumprimento da Lei do Piso para o magistério, a futura governadora Fátima Bezerra declarou que não esperassem que, no seu primeiro ano de governo, ela pudesse estar fazendo “aquilo que ela gostaria de fazer”.

Com isso, Fátima já mostra sua tendência de se adaptar e servir de correia de transmissão da política de ajuste fiscal do governo federal. Empenha-se na tática de uma frente com governadores do NE para buscar, pela via da negociação institucional, obter migalhas do governo federal, sem tocar num dos problemas fundamentais, que é o ajuste fiscal para o pagamento da dívida pública. Expressa também a sua aliança com setores da burguesia local, latifundiária e industrial/comercial, que servirá para a governabilidade de seu governo burguês.

Paralelamente, o integrante da equipe de transição e advogado, Nereu Linhares, cotado para assumir a presidência do Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais (IPERN), disse que, “tecnicamente”, mais cedo ou mais tarde, os estados terão de aumentar a alíquota previdenciária. No RN, a alíquota é de 11%. A ideia de que consistiria numa medida “técnica” é falsa. A decisão de livrar o Estado e os patrões de custearem a Previdência, e, no lugar jogar todo o peso sobre os ombros dos assalariados, é uma decisão política. A Previdência, como um direito que é, e como parte da seguridade social, deve ser custeada integralmente pelos patrões, que se apropriam do excedente de produção, e pelo Estado, ou seja, não deve haver nenhum desconto dos já baixos salários dos trabalhadores.

No início do próximo ano, está colocada a necessidade de mo-

bilizar os explorados, em particular o funcionalismo, que já está sob ameaça de atraso salarial, por meio de suas reivindicações imediatas, de modo que, inevitavelmente, se confrontarão com o futuro governo opressor. De imediato, constituir uma frente única sindical, que serve para levantar os explorados em luta por suas questões imediatas. Esta deverá ser combinada, em determinados momentos, com a frente única anti-imperialista e anticapitalista, à medida que as reivindicações avancem, e/ou de modo a denunciar a aliança traidora do PT com setores da burguesia dita “progressista”, a mercê dos operários, camponeses e classes médias arruinadas sobre os quais serão descarregados os efeitos da crise.

Carlos Alberto (PSOL) na equipe de transição do governo

Em resolução, o PSOL/RN decidiu pela não participação na equipe de transição, nem no futuro governo do PT. Porém, o seu ex-candidato a governo do estado, o empresário Carlos Alberto, contrariando a decisão do partido, está fazendo parte da equipe de transição. Na resolução, o PSOL chega a dizer que “aos filiados e figuras públicas que, por ventura, possam ser convidados para assumir cargos, em qualquer instância do governo, é imperativa a desfiliação partidária”, embora ainda não tenha tomado nenhuma atitude para expulsão do empresário.

A posição de Carlos Alberto de participar da transição é condizente com o que ele próprio defendeu em sua campanha, e com o próprio caminho que o PSOL vinha traçando. Seu programa eleitoral reformista, inclusive, era muito semelhante ao do PT, consistindo, dentre outras coisas, em implementar uma “gestão técnica”, “transparente” e com “participação popular, na defesa da escola de tempo integral, no investimento em investigação policial para combater a violência, a repactuação da verba entre os poderes, a manutenção de incentivos fiscais aos capitalistas (embora estendendo para a pequena burguesia), etc. Como ex-filiado ao PT, a sua atitude mostra como foi falsa a sua “autocrítica” para entrar no PSOL sobre a política de alianças do PT, uma vez que, ao participar da transição, sequer questiona a aliança de Fátima Bezerra com os oligarcas da Assembleia Legislativa, como Ezequiel Ferreira (PSDB). Em outros momentos, chegou a justificar para a imprensa a sua candidatura pelo PSOL com a crítica reacionária ao PT de ser um partido corrupto, e a necessidade de uma candidatura livre de corrupção.

Mais grave do que a posição desse carreirista é a do próprio PSOL de ter, de forma oportunista, filiado e cedido sua legenda de governador a um empresário ex-dirigente da Câmara de Logistas (patronal), buscando uma projeção eleitoral, à custa de uma maior virada à direita. Espantado com o caminho que vinha trilhando, sob pressão de suas alas esquerdas, lança uma resolução de que não participará da transição, por não concordar com a política de alianças do PT. Porém, o PSOL, ao possuir um programa reformista de mudanças dentro dos limites do sistema capitalista, está fadado a fazer alianças com setores da burguesia nacional, para fins de governabilidade, caso se veja na situação de conformar um governo no Estado burguês.

Diante dessa experiência, cabe à vanguarda fazer um balanço da política do PSOL/RN, para compreender o papel do reformismo pequeno-burguês como mais um obstáculo para a superação da crise de direção, uma vez que fomenta a ilusão dos explorados na institucionalidade burguesa, se apresentando como uma alternativa reformista à esquerda do PT.

Rondônia / Estudantes da área rural ficam sem estudar, por falta do transporte escolar

No dia 03/12, pais, alunos e professores da Zona Rural de Porto Velho fizeram um protesto em frente à Secretaria Municipal de Educação (Semed). A manifestação foi para cobrar providências referentes à falta de transporte escolar, que deixa cerca de 2.000 estudantes sem aulas na Zona Rural.

Esse problema já se arrasta por mais de dois anos, comprometendo o acesso às escolas. Os estudantes, que moram no campo, sofrem com a falta de aulas e alteração do calendário escolar.

São sete as regiões afetadas em função de licitação e de empresas que suspenderam a prestação de serviços. O secretário de Educação do município, Cesar Licório, prometeu, diante dos protestos, que até o dia 15 de dezembro a empresa vencedora assumirá o serviço de transporte. Enquanto isso, os estudantes, que são trabalhadores do campo, e os filhos de camponeses pobres continuam sem aula. Como sempre, quando os estudantes e trabalhadores reivindicam seus direitos aos estudos, os burocratas ficam tentando se justificar. Recorrem à legislação, às exigências do Tribunal de Contas, da CGU e outras parafernálias próprias do Estado burguês. Querem mostrar que são transparentes com o dinheiro público e com as contratações de empresas. Na realidade, os governos não têm interesse em elevar as condições culturais dos trabalhadores do campo e de seus filhos. Quando pressionados pelas manifestações, procuram toda sorte de justificativa.

Pernambuco / Encontro Regional Nordeste do SINASEFE

Dos dias 23 a 25 de novembro, ocorreu, em Recife, o Encontro Regional Nordeste do SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica). Entre os temas do Encontro, tratam da Reforma do Ensino Médio e Escola sem Partido e, no dia 25, sobre “Regimes de Previdência e os Impactos da Reforma Trabalhista no Serviço Público”. O encontro não foi deliberativo, teve um caráter de formação.

O primeiro membro da mesa falou sobre o governo Temer e as mudanças nas versões da reforma da Previdência, na tentativa de aprová-la. Foi feita a crítica à proposta apresentada pelo Bolsonaro de regime de capitalização individual, e o fim da Previdência pública, baseado no Chile, onde esse ataque significou o aumento de suicídio de idosos. Que o déficit da Previdência está servindo de justificativa para desmontar o Estado social. Sendo os recursos da Previdência usados para seguridade social, incluindo saúde, que, até 2007, era sustentada pelo CPMF. Enquanto o governo diz que a Previdência está quebrada, a DRU (Desvinculação de Receita da União), que o governo pode retirar para usar com o que quiser, com o governo Temer, aumentou para 30% do orçamento. Concluiu fazendo a defesa da luta política nas ruas – “Não teremos a mínima chance sem ocupar o território” e que a “aprovação da reforma significará o fim da Previdência pública”. O segundo a falar na mesa falou sobre “expropriação das políticas de proteção ao trabalho”, com a já aprovada reforma trabalhista, terceirização, e a da Previdência, ciclo iniciado em 2015, foi concluído com a eleição de Bolsonaro. Foi apontado como esse novo governo se coloca com uma maior ameaça à militância. E, para isso, alguns instrumentos já foram criados, como a lei antiterrorista, que servirá para perseguição das organizações. A conjuntura dos movimentos de 2017 e alteração da reforma da Previdência se deu com apoio da população contra a reforma da Previdência, incluindo sindicatos patronais, as pressões impediram a aprovação por Temer. Analisando que estamos diante de um governo

A falta de escolas no campo, a ausência de transporte, as dificuldades de acesso às escolas das cidades são apenas uma parte dos graves problemas da educação brasileira. Somam-se a isso a situação deplorável das unidades escolares, onde falta tudo, a quantidade de jovens analfabetos ou semianalfabetos, etc. Enquanto isso, Temer conclui a reforma do ensino médio, que imporá a excrecência do ensino a distância. Como o argumento de que essa ferramenta possibilita resolver os problemas de distância e de acesso à cultura para milhares de estudantes.

A luta em defesa do ensino público se choca com as reformas do governo (PEC do Teto, que corta recursos da educação, e com as reformas privatistas do ensino). Bolsonaro dará continuidade ao desmonte da educação gratuita, à privatização e à desnacionalização. O governo ditatorial e militarista imporá a “Escola sem Partido”, para punir professores e estudantes que se opõem à sua política reacionária e obscurantista. Está aí por que devemos exigir que os sindicatos organizem uma campanha nacional em defesa da educação pública e científica em todos os níveis, e pela derrubada das reformas antinacionais e antipopulares. É preciso erguer os comitês de base, que reúnam os trabalhadores da educação, estudantes (do campo e da cidade) e demais explorados para aprovar o caminho da resistência, que só pode ser a luta direta, nas ruas.

com tendências fascistas, que atuará para avançar na destruição dos direitos, defendeu a Frente Única Antifascista, campanha feita pelo SINASEFE. O último membro apresentou um histórico do Estado Social de direitos no Brasil, em 1988, tardio, enquanto, em países da Europa, os direitos estavam sendo destruídos por causa das crises econômicas. Agora não é diferente, com a crise que eclodiu em 2008, temos vários direitos sendo tirados, e um dos principais deles é o de greve, pois o STF aprovou desconto de dias parados. Sem greve, não é possível se defender das demais medidas que vêm para aumentar a exploração do trabalho.

A intervenção da plenária expressou a expectativa do que fazer diante de tantos ataques e o desafio de levantar uma categoria composta pela classe média. Algumas falas se colocavam pela necessidade de retomada da luta. Um professor defendeu a unidade dos movimentos de educação municipal, estadual e federal para organizar a luta, com o indicativo de um encontro que sirva para organizar. O POR fez intervenção apontando que para combater a implementação das medidas de Temer e o governo ultradireitista de Bolsonaro é preciso retomar os comitês pela greve geral, como ocorreu em abril de 2017. São muitos os ataques. Ao mesmo tempo que aumenta o desemprego, pioram as condições de vida da maioria, aumenta a exploração no trabalho, as medidas dos governos garantem que esse quadro seja piorado, com a reforma trabalhista, que significou o fim das leis trabalhistas, assim as pessoas que reingressam no mercado de trabalho são submetidas a salários menores e jornadas estafantes; a reforma da Previdência, que é o fim do direito à aposentadoria; a reforma do ensino médio e Escola sem Partido, que servem para cortar verbas da educação e aumentar a repressão à vanguarda no interior das escolas. Intervimos também com a nossa banca de materiais, com nosso manifesto contra a reforma da Previdência e a necessidade de se organizar contra a ditadura policial e fascizante de Bolsonaro.

Pernambuco**ATO NO RU DENUNCIA PERSEGUIÇÃO
POLÍTICA NA UFPE**

No dia 05 de dezembro, foi realizado, no Restaurante Universitário da UFPE, um ato com panfletagem e falas no megafone, denunciando a perseguição política no interior da universidade. Mostrou-se como o reitor Anísio Brasileiro, oriundo do PT, fez o serviço sujo para Temer e Mendonça, ao criminalizar os estudantes que lutaram contra a PEC do teto dos gastos. Ante a instauração da ditadura policial-militar de Bolsonaro, que se segue à ditadura civil de Temer, torna-se ainda mais grave que a instituição mantenha um serviço de inteligência, em estreita cooperação com a Polícia Federal. Ao mesmo tempo, o que resta de autonomia é pisoteado com o livre acesso da polícia militar no campus, e que usa seus critérios racistas e discriminatórios nas abordagens. No dia 12 de dezembro, haverá uma plenária para debater segurança e criminalização das lutas na universidade. Tal iniciativa é parte do fortalecimento do movimento dos três segmentos na luta na universidade.

Segue o texto do panfleto elaborado pela frente de estudantes, professores e técnicos:

**Não à punição aos ex-ocupantes do CFCH.
Fim do “serviço de inteligência” da UFPE
e abertura dos arquivos!**

Em 2016, houve uma onda de ocupações de instituições de ensino contra o congelamento dos gastos sociais por 20 anos, e vários outros ataques do golpista Temer. Posteriormente, a administração da UFPE abriu processos contra os estudantes que ocuparam. Cinco ex-ocupantes do CAC já foram suspensos e, agora, três estudantes do CFCH estão na mira das punições políticas.

Mas, a perseguição não para por aí. A reitoria mantém um “serviço de inteligência”, com pessoas não identificadas que coletam imagens e informações em atos na universidade. Tal “serviço” mantém estreito contato com a Polícia Federal. Com a conjuntura de maior cerceamento às liberdades democráticas, tal “serviço” ajudará o governo de Bolsonaro a perseguir aqueles que lutam. Sua existência é inadmissível em uma instituição onde deve haver a liberdade de ensinar e aprender.

Os ataques à educação exigirão que retomemos as lutas coletivas na universidade! Ninguém deve ser punido por lutar! É urgente erguer a defesa das liberdades de ensino, expressão, organização e manifestação.

**As eleições no Caell (Letras/USP) refletiram o eleitoralismo
das campanhas presidenciais**

As eleições foram marcadas numa assembleia relâmpago, de menos de meia hora de duração. O calendário inicial foi alterado, em função dos interesses das chapas, passando por cima da assembleia. Fixou-se a votação três úteis após a inscrição das chapas, logo após o maior feriado do ano, em plena semana de provas e entrega de trabalhos finais.

A Corrente Proletária participou de uma chapa (Reconstruir o Caell Democrático e de Luta – de maioria independente). Diferentemente das demais chapas, teve seu programa construído coletivamente, apesar dos problemas do calendário. Avaliou que a defesa das reivindicações mais sentidas pelos estudantes, que repercutem como luta de quem estuda e trabalha na USP contra a reitoria e a burocracia universitária, seria o ponto de partida para, com os métodos da luta de classes, projetar o movimento desde o curso, passando pela unidade, pela universidade e fora dela, em unidade com os movimentos

sociais. Colocou a necessidade de enfrentar com luta o futuro governo Bolsonaro, ao invés do parlamento/eleições.

As chapas, todas de correntes de esquerda (PT, PSTU, PSOL-PCB, MRT e Construção), se colocaram divididas, enquanto há poucos dias estavam todas de mãos dadas na defesa de que se enfrentaria a “ameaça do fascismo” votando em Haddad (PT). Colocaram-se divididas, enquanto durante a recente greve estudantil estiveram unidas em várias votações, em oposição às propostas defendidas pelo bloco POR/independentes. Revelaram assim que sua divisão na disputa pelo Caell tem caráter aparelhista. A formação de chapa para a organização estudantil deve corresponder à prática política de quem está se colocando por assumir a direção. É por esse motivo, e não outro, que o POR não poderia estar numa mesma chapa com essas correntes nessa eleição.

O que se viu na disputa pelos votos foi uma predominância

Pernambuco**Não à demissão
política do policial
civil Áureo Cisneiros**

O presidente do Sinpol-PE (Sindicato dos Policiais Civis), Auréio Cisneiros, candidato a deputado estadual pelo PSOL nas últimas eleições, vem sofrendo perseguição política, por atuar na defesa de sua categoria. O governo de Paulo Câmara (PSB- PCdoB) tem instaurado, por meio da Secretaria de Defesa Social, sucessivos PADs (Procedimentos Administrativos Disciplin-ares), de forma a intimidar a atuação do policial civil. Alegando recorrentes transgressões disciplinares, uma comissão da corregedoria indicou a demissão de Áureo.

Em nota, o Sinpol-PE relata que “o Governo do Estado usa os órgãos regulatórios com finalidade política para perseguir aqueles que lutam...” ao ponto de denunciar que existem, hoje, “40 processos administrativos contra a direção do Sinpol, só 25 processos administrativos ajuizados são contra Áureo e Rafael Cavalcanti, vice-presidente do Sinpol”. Nenhum desses PADs é por conta de crimes ou infrações, ficando clara a perseguição, fica claro o caráter antidemocrático do governo da “frente popular”.

O Partido Operário Revolucionário manifesta seu apoio a Áureo. Defende a liberdade de organização e sindicalização dos policiais, que lhes seja garantido um salário mínimo vital, suficiente para as necessidades de uma família trabalhadora.

da ação nas redes sociais, e as defesas de propostas de forma hipócrita, porque muitas delas partiram de correntes que agiram de forma oposta quando estiveram na direção do Caell. Um exemplo: o MRT compartilhou com nossa chapa a defesa da proporcionalidade na composição da direção do Caell. No entanto, em 2016, estavam na direção do CA e nada fizeram para efetivar essa mudança, a não ser quando, às vésperas da eleição, perceberam que iam perder e sair. Outro: o PT fechou a revista do CA em sua gestão, para nesta eleição propor a criação dessa mesma revista. Em todas as chapas, se nota que as principais reivindicações do curso e da USP são tratadas de forma secundária, e não se defendem os métodos próprios da luta de classes, e a democracia estudantil (assembleias soberanas) como fundamento da mobilização.

O debate, que ocorreu na véspera da eleição, teve nos independentes, pela manhã, e no POR, à noite seus debatedores. Chamaram a atenção nas discussões a forma de constituição da chapa de modo coletivo (e não de cima para baixo, como ocorre na maioria delas); a defesa da necessidade de lutar contra as opressões com os métodos da luta de classes, pois, toda opressão é manifestação da opressão de classe, e deve ser assumida pelos oprimidos no seu conjunto; as contradições da direção atual do Caell (PT), que, na greve, trabalhou pelos piquetes no curso, votou conosco a greve, mas, nas ações mais gerais da USP, sob a centralização da direção do DCE, agiu de forma oposta; e nossa crítica ao eleitoralismo das correntes, que se submeteram à farsa da “ameaça do fascismo”, que durou três semanas e desapareceu após a vitória de Bolsonaro, enquanto se colocava e se coloca a necessidade de enfrentar as tendências fascizantes por meio da luta de classes.

O PT pôde aproveitar a tendência geral da situação política fora da universidade em seu favor, ganhando com ampla margem de votos, como a chapa que polarizou contra Bolsonaro por meio da defesa de Haddad.

A baixa votação da nossa chapa expressou nossa dificuldade em fazer uma campanha em tão pouco tempo, diante do fato de que as demais chapas acabavam de vir de uma disputa do DCE, organizadas sob a mesma divisão. E a latência das pressões eleitoreiras da disputa presidencial, que arrastou a maior parte a depositar suas forças na caça ao voto em Haddad, que nos colocou num certo isolamento.

Nossa chapa teve poucos votos, também e principalmente, porque não pudemos fazer uma campanha de tal maneira que os estudantes associassem os membros da chapa como os que estiveram atuantes na defesa da greve e de suas reivindicações. Não tivemos tempo hábil para isso, uma vez que foi adiantado o calendário eleitoral, o que prejudicou nossa campanha, que dependia de um trabalho mais politizado. Prejudicou, também, o fato das eleições terem sido no final do semestre, quando os estudantes estão em provas finais e com entrega de trabalhos.

Essa chapa representou uma frente combativa, de continuidade da greve. Representa a unidade entre os que lutaram de maneira sincera pelas reivindicações (permanência, contratação de professores, creche, etc.), mas que se chocaram com as direções estudantis, que atuaram como bloqueio para o desenvolvimento da luta contra a reitoria e o governo do estado, que vem destruindo a universidade.

A tarefa da chapa, agora é construir um agrupamento de oposição que se fundamente na política proletária.

Saudação revolucionária à memória de Aluísio Palhano



Finalmente, depois de 47 anos, as ossadas de Aluísio Palhano foram identificadas pelo Grupo de Trabalho Perus. Participante do movimento da luta armada contra a ditadura militar, foi preso e torturado até a morte. Como ocorreu com muitos presos políticos assassinados e desaparecidos, Aluísio foi enterrado clandestinamente em uma vala comum em Perus. O maior dos torturadores, Carlos Alberto Brilhante Ustra foi absolvido pela justiça burguesa. Bolsonaro, hoje presidente da República, foi e é um dos maiores defensores da ditadura militar e do método da tortura. Esse infame chegou a saudar Ustra, no momento de votar a favor do im-

peachment de Dilma Rousseff. O POR saúda a memória do combatente Aluísio Palhano e de todos que tombaram enfrentando a ditadura dos generais. Afirmamos que somente um tribunal popular, constituído a partir das lutas operárias, poderá julgar os crimes da ditadura.

Aluísio Palhano Pedreira Ferreira foi preso em 20 de maio de 1971. Era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Dirigiu o Sindicato dos Bancários e a Contec. Em 1961, este à frente da greve geral dos bancários e, um ano depois, compôs a direção da CGT. Após o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados e asilou-se no México, depois foi para Cuba. Em 1969, presidiu o Congresso da OLAS, também, em Cuba. Em 1970, retornou clandestinamente ao Brasil, auxiliado pelo policial infiltrado na VPR, Cabo Anselmo. Um ano depois, esse policial o entregou aos órgãos de segurança da ditadura. Seu assassinato foi denunciado pelo ex-prespo político Altino Rodrigues Dantas. Altino narrou que, no dia 20 de maio, às 23 horas, Aluísio foi retirado da cela, contígua à de Altino, e levado à sala de torturas. O dirigente do DOI-CODI era o major Carlos Alberto Brilhante Ustra. O nome de Altino se encontrava na lista de desaparecidos políticos. Os órgãos de segurança negavam seu assassinato e nos arquivos do DOPS havia a identificação “falecido”.

Nesta edição:

- **G-20:** “Um novo processo de rupturas e choques”.
- **Bolívia:** Fim da bonança econômica. Chegou a época das vacas magras.
- **Chile:** Editorial do Jornal Luta Operária.
- **França:** Perspectivas da luta de classes na França.
- **Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.**

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Encerrado o G-20:

“Um novo processo de rupturas e choques”

Com essa caracterização, o Boletim Internacional do Comitê de Enlace prognosticou qual seria o rumo da reunião do G-20 na Argentina (30 de novembro a 1 de dezembro de 2018).

Segundo afirmávamos, o “G-20 mostrará uma nova etapa da crise, o fracasso de todas as medidas adotadas para sair da crise, a quebra do processo de ‘globalização’ e ‘cooperação multilateral’, o estancamento do comércio mundial, o crescente protecionismo e a guerra comercial”. Esse prognóstico foi demonstrado logo que iniciadas as reuniões. Enquanto parte dos chefes de Estado prometiam retomar os acordos de Hamburgo (2017), para “limitar o protecionismo, comprometer-se com um sistema de comércio internacional regulado, e favorecer políticas que distribuam os benefícios da globalização”, Trump fechava um novo Tratado de Livre Comércio (NAFTA), com Canadá e México.

O novo acordo é mais um episódio da guerra comercial. Imporá a redução de importações da China e da UE aos assinantes do acordo. Nota-se que há um abismo entre as declarações diplomáticas e os rumos das políticas exteriores ditada pelos Estados Unidos.

“América em primeiro lugar” é, em última instância, um grito de guerra do imperialismo norte-americano contra seus concorrentes e rivais mundiais. Eis porque a ruptura dos laços comerciais se combina com a crescente militarização das relações entre os Estados.

Certamente, ensaiam-se ainda diversas manobras para, mo-

mentaneamente, abafar tais tendências. Mas, não há como, de fato, equacioná-las por muito tempo, a não ser avançando o servilismo de seus concorrentes mundiais e a brutal opressão sobre as semicolônias. Tal perspectiva, longe de abafar as contradições e os choques, projeta-os com maior violência.

Estados Unidos e China procuraram à parte apresentar uma trégua na guerra comercial. Mas nenhum acordo foi assinado, nem mesmo uma nota conjunta. O que evidenciou, imediatamente, a farsa. Logo em seguida, a diretora da Huawei (uma potência em telecomunicações), Meng Wanzhou, foi presa no Canadá, por ordem do governo Trump. Surpreendeu não apenas a China, mas também as demais potências. Essa medida representa uma flagrante provocação e uma expressa prepotência do imperialismo norte-americano. O fato é recente, não se sabe qual será o desdobramento. No entanto, expõe o agravamento da guerra comercial e, portanto, da crise mundial.

Ocorre que a decomposição do capitalismo recai sobre a classe operária e os demais explorados na forma de barbárie social. Somente por meio da luta de classes e do programa socialista é possível enfrentar as tendências catastróficas encarnadas pelo imperialismo. É fundamental impulsionar a construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas e a reconstrução da IV Internacional.

Bolívia

Fim da bonança econômica. Chegou a época das vacas magras.

Quem arcará com as consequências da crise econômica que se aproxima?

Os trabalhadores, camponeses, os explorados e oprimidos das cidades!

A economia da Bolívia – país capitalista integrado à economia mundial, como produtor de matérias-primas, mas atrasado porque o restante da economia produz com meios pré-capitalistas – depende, atualmente, em grande medida, da exportação de gás natural ao Brasil e à Argentina. A produção de gás está em declínio, e a demanda, tanto do Brasil como da Argentina, já é fato que diminuirá significativamente.

Tanto o governo, como os opositores, se fazem de desentendidos na campanha eleitoral sobre a crise econômica que se aproxima. Não está no centro do debate como enfrentarão essa situação.

Só lhes interessa chegar ao poder, para depois descarregar o peso da crise sobre as costas esqueléticas da maioria explorada e oprimida do país, enquanto se protegem os interesses das multinacionais, que exploram o gás e hidrocarbonetos e dos empresários privados nacionais.

Evo é um impostor, o seu governo se aproveitou criminosamente da época de bonança econômica, sendo descaradamente corrupto e desperdiçando dinheiro público. Esse era o seu destino, por sua política de submissão à ordem social burguesa. Em essência, a sua política em nada se diferencia da dos governos chamados neoliberais. Assim como eles, acredita que a via de

desenvolvimento do país é incentivar os investimentos estrangeiros, ou seja, submeter-se ao imperialismo, com o argumento estúpido de que este havia deixado de atuar como patrão para converter-se em um benévolo “sócio” do Estado.

O abertamente neoliberal Carlos Mesa pretende se camuflar, dizendo que fará um governo dos cidadãos e para os cidadãos. Para quais cidadãos? Perguntamos. Para os exploradores ou para os explorados? A resposta é óbvia: para os exploradores e para as multinacionais.

Já tivemos experiência suficiente com a “democracia” burguesa para continuar acreditando nela. Democraticamente, despertam as múmias movimentistas, para que realoquem os mineiros, vendam a preço de banana nossas empresas estatais, para que o gorila Banzer, o ditador sanguinário, volte ao po-

der transformado em democrata, e que o “galo atravesse rios de sangue” para governar com ele e, finalmente, para que um indígena camponês, sobre os nossos ombros e nosso nome, chegue ao poder para governar com os latifundiários do oriente, os banqueiros, os grandes contrabandistas e seus sócios sanguessugas das multinacionais.

É necessário que os explorados e oprimidos recuperem a independência política diante da burguesia, retomando o caminho apontado pelo movimento operário: guerra até a morte contra o capitalismo! Guerra até a morte contra a burguesia, seus governos e a sua farsa democrática! Governo operário e camponês! Os explorados e oprimidos ao poder para implantar o socialismo!

(Extraído do Jornal Masas, nº 2.567, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Chile

Editorial do Jornal Luta Operária

A maioria dos membros do governo de Sebastián Piñera, e ele próprio, afirmam que a França não respeitou a soberania, nem a legitimidade das instituições políticas e judiciais do Chile, pelo fato de ter concedido asilo político ao frentista Ricardo Palma Salamanca. Salamanca participou de um atentado contra Jaime Guzmán Errázuriz, ideólogo e criador da Constituição de 1980, durante a ditadura de Pinochet, em que o agente pinochetista acabou morrendo. Os que participaram da ação foram presos e condenados pela execução, que foi a forma como a Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR) caracterizou a ação. Para os políticos, desde a UDI até o PC, foi um crime em “democracia”, atentado ocorrido em abril de 1991, durante o governo de Patricio Aylwin.

O escritório de proteção para refugiados e apátridas, instituição estatal autônoma francesa, concedeu o asilo político porque considerou que a justiça chilena foi cúmplice da ditadura pinochetista e afrontou os direitos humanos, e, que a princípios de 1990, continuava sendo a mesma. O primeiro governo de ditadura civil mantinha negociações com as Forças Armadas, cujo principal líder continuava sendo o senador vitalício Pinochet. Nesse mesmo ano, estourava o escândalo dos “pinocheques” e, no centro dessa polêmica, estava o filho do senador, que criou uma empresa de fachada, da qual o exército chileno comprava ações com cheques

da instituição. Em face desse delito flagrante, o governo exigiu a renúncia de Pinochet. Em resposta, o exército se aquartelou, a pretexto de exercício de segurança, alistamento e enlace nacional.

Em 1993, foi reaberto o processo judicial convocando oito oficiais para prestarem esclarecimentos. Dessa vez, a resposta de Pinochet foi mais direta. Mobilizou tropas, um comando de paraquedistas, os cara-pintadas, prontos para o combate e dispostos a entrar em ação, cercaram o Ministério da Defesa, em 28 de maio de 1993, ação que a imprensa batizou como o “boinazo”, como forma direta de pressão que a politicagem burguesa e a justiça chilena engoliram a seco.

A decomposição do capitalismo afeta todos os estamentos desta sociedade, todas as medidas paliativas são estereis e inócuas, mas, produzem mais dor, sacrifícios aos despossuídos e aos que vivem do trabalho. A continuidade da agonia capitalista nos precipita na barbárie. A tarefa primordial do proletariado é a criação do Partido Operário Revolucionário, orientado e preparado ideologicamente com o programa da classe operária, que tem o objetivo de arrancar o poder da burguesia e substituí-lo pelo poder do proletariado. Em defesa da ditadura e revolução proletária!

(Extraído do Jornal Luta Operária, nº 34, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)

PERSPECTIVAS DA LUTA DE CLASSES NA FRANÇA

Há oito anos que a França vem sendo convulsionada por massivos e radicalizados protestos dos explorados, que se levantam contra a política dos sucessivos governos burgueses, que procuram garantir os lucros monopolistas pela via do empobrecimento geral das massas.

Essa constatação adquire especial relevância para explicar o conteúdo da crise política e as perspectivas que se abriram com os recentes protestos que eclodiram em 17 de dezembro. Emmanuel Macron anunciou, em princípios de dezembro, um aumento do preço dos combustíveis. A justificativa é que se trata de uma medida “para o combate ao aquecimento global” e a “proteção do meio ambiente”. O certo é que o aumento, no curto prazo, acabaria elevando os preços em geral. O que, nas condições de queda dos salários e de crescimento da carestia e do desemprego, resultaria em um rebaixamento violento das condições de existência das massas.

Anunciada a medida, um gigantesco movimento tomou as ruas do país. Milhares de manifestantes decidiram impor nas

ruas a revogação da decisão antipopular. A burguesia e o governo se viram perante um movimento nacional radicalizado. Bloquearam-se refinarias e organizaram-se centenas de piquetes, em rodovias e ruas. O movimento, que inicialmente ergueu como bandeira a anulação do aumento, foi ganhando adesão da população explorada. Assim, dotaram aos protestos de um amplo programa de reivindicações econômicas e políticas.

Criaram-se as condições de um levante nacional das massas e de um agravamento dos choques de classe contra classe. O governo procurou abortar o movimento, combinando a violenta repressão com negociações com todos os partidos e direções sindicais. Mas, as massas rejeitaram a representação das direções, acusadas de terem capitulado diante do governo, ou abortado as lutas. O fato de o governo responder com repressão a um reclamo que incluiu as reivindicações mais sentidas e urgentes das massas impulsionou mais fortemente o movimento. De fato, 80% dos franceses apoiaram firmemente as mobilizações e rechaçaram Macron.

Condições essas que começaram a se refletir no seio do próprio aparelho repressivo. Um setor da polícia se negou a reprimir os protestos. De forma que, sem poder esmagar o levante nacional e impotente para usar as direções traidoras, Macron foi obrigado a ceder. Após um dia de reuniões com a oposição e os sindicatos, o primeiro-ministro Édouard Philippe anunciou, na terça-feira (4 de dezembro), que suspendia a medida por seis meses.

Essa síntese do percurso da luta dos “coletes amarelos” demonstra que a crise política, que há anos vem abalando a França, se acha viva. O governo eleito há dois anos, que prometia consertar o País, foi incapaz de impor uma medida ditada pelo capital financeiro e os monopólios. Evidentemente, a derrota do governo é temporária. A burguesia e seus governos têm em suas mãos poderosas alavancas econômicas e políticas para retomar a ofensiva, assim que o movimento se arrefeça. As direções sindicais têm conseguido, por enquanto, bloquear as tendências de luta presentes em amplos setores do proletariado. Prestaram um grande serviço à burguesia, ao bloquear as tendências revolucionárias das massas na greve geral de julho de 2017, e a revolta das bases operárias e de setores das classes médias, em face da proposta do governo de privatizar as linhas do trem. Tanto em 2017 quanto em princípios deste ano, a burocracia se mostrou, claramente, um servil instrumento da política burguesa. Está aí expressa a gravidade da crise de direção revolucionária.

O essencial do que temos colocado acima está em que, de um lado, o governo Macron sai do conflito duramente questionado em sua capacidade de realizar uma ofensiva nas condições

que exige a burguesia imperialista. E, de outro, que o amplo movimento, apesar de derrotar a burguesia e o governo, ergueu-se como tendência de levante nacional das massas. No entanto, sua debilidade se evidenciou, quando não conseguiu erguer um programa comum e formar organismos de frente única, capazes de projetar aos explorados e oprimidos como uma só força.

Ocorre que o movimento estava esmagadoramente composto das mais heterogêneas camadas de classe média empobrecida do campo e da cidade. É o que se observa na presença de autônomos dos transportes, empregados do comércio, funcionários públicos e desempregados, atingidos pela alta dos impostos, pelos ajustes fiscais, pela desindustrialização e pela destruição dos serviços públicos (educação, saúde e transportes). Essa heterogênea base social explica por que, ao “programa mínimo” inicial de retirada do aumento dos combustíveis, logo viriam se somar o “fim de impostos regressivos”, “redução dos encargos patronais”, “dissolução do Senado”, “renúncia de Macron”, que “os políticos recebam um salário mínimo”, etc. Como se vê, se introduziu, inclusive, demandas de setores patronais.

Sem dúvida, o aspecto mais progressivo do movimento dos “coletes amarelos” reside em que rejeitou se “enquadrar” politicamente pelos partidos burgueses. Mas, também tem se demonstrado reticente à participação dos sindicatos operários.

Certamente, a permanência em suas direções de uma burocracia traidora impede às massas pequeno-burguesas radicalizadas de confluir com a classe operária em uma poderosa frente única para derrotar os ajustes e aumentos do governo.

No entanto, a radicalização das massas pequeno-burguesas pode acabar servindo à governabilidade burguesa, caso permaneça ausente a direção revolucionária, e não penetre em seu seio o programa e os métodos de luta da luta de classes. A experiência histórica da Europa, especialmente da França, evidencia essa lei da política burguesa. Não se devem obscurecer a força das tendências fascistas que se desenvolvem no seio da burguesia mundial. Sua base social é, precisamente, a pequena e média burguesia, que não vê saída à situação de sua desagregação social. Está aí o exemplo da Itália, onde o “antissistema” Movimento 5 Estrelas, que arrastava a esmagadora maioria

das massas pequeno-burguesas e um amplo setor dos desempregados, acabou assumindo o programa burguês para a crise. Estão aí também as lições de junho de 2013 no Brasil, quando o portentoso movimento das classes médias acabou servindo de veículo social à reação burguesa contra a o reformismo e, em grande parte, de base social à ascensão das tendências fascistas da política burguesa, que viria a encarnar na candidatura de Bolsonaro.

O fundamental está em que, se bem as massas pequeno-burguesas não mais confiam nos políticos burgueses e se chocam com o regime burguês, não podem traduzir essas tendências em política socialista, uma vez



No entanto, a radicalização das massas pequeno-burguesas pode acabar servindo à governabilidade burguesa, caso permaneça ausente a direção revolucionária, e não penetre em seu seio o programa e os métodos de luta da luta de classes. A experiência histórica da Europa, especialmente da França, evidencia essa lei da política burguesa.

que não acham à sua frente uma direção revolucionária e uma vanguarda proletária, capaz de unificar os reclamos sob sua estratégia própria de poder.

Tal é a dialética do atual processo político. A tarefa mais urgente é a de mobilizar o proletariado, a partir de seus locais de trabalho e intervir com seu próprio programa. Trata-se, na situação, dos explorados franceses erguerem a bandeira de retomada da greve geral de 2017, e da reorganização em escala nacional dos órgãos embrionários da auto-organização regionais, que serviram à época de centros políticos para a unificação dos grevistas. O que colocará em primeiro plano a luta por organizar no seio dos sindicatos uma tendência classista e combativa, que sirva de canal à vanguarda revolucionária por arrancá-los das mãos da burocracia traidora.

Somente com uma ação decidida do proletariado, com um claro programa, poderá imprimir um curso revolucionário à crise do poder burguês e colocar a pequena burguesia sob sua direção política. A tarefa principal nesse objetivo cabe à vanguarda que se vem forjando nas lutas: a de avançar à estruturação do partido marxista-leninista-trotskista. Assim, a classe operária francesa avançará em sua independência política e se elevará ao programa da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Qualquer passo dado nessa direção, por mínimo que seja, abrirá enormes perspectivas da luta de classes.



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

A VI Conferência do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) foi realizada de 5 a 7 de janeiro de 1912, em Praga, Polônia. Como se vê, ocorria após quatro anos da última Conferência. Isso se devia ao fato do partido ter sido duramente golpeado pelo governo czarista. Houve, assim, uma grande dispersão nas fileiras do POSDR. As divergências entre bolcheviques e mencheviques haviam se aprofundado. A ala ultraesquerdista dos otzovistas (ultimatasistas), que se instalou no próprio bolchevismo, fora excluída. O refluxo do movimento operário e camponês dificultava a reestruturação do partido. De maneira que o partido chegava à VI Conferência organizativamente muito debilitado e politicamente estilhaçado.

Durante esse período, Lênin insistiu na explicação de que o que se passava na Rússia outros países já tinham enfrentado. Referia-se a “*períodos de dispersão e abjuração*”. Mostra que “*houve casos em que não restaram sequer grupos, mas homens isolados que, durante dez ou mais anos, souberam em tal situação manter no alto a bandeira, velar pela continuidade das ideias e aplicar estas a uma situação político-social grandemente modificada*”. O que se passava na Rússia não era tão grave assim, isso por que o programa estava preservado. Os liquidacionistas haviam sido derrotados política e ideologicamente. Tratava-se de aproveitar as mudanças que despontavam no ânimo da classe operária, depois de quatro anos de repressão e de desorganização do partido.

É nessas condições que a VI Conferência é realizada praticamente por representação bolchevique. Houve uma rejeição à convocação da Conferência, inclusive sua sabotagem pelos agrupamentos que se colocaram no campo do liquidacionismo. Ao contrário, dispendeu-se um grande esforço por parte das organizações locais, identificadas com o leninismo. As que não puderam comparecer, enviaram por escrito seu apoio. Desempenhou um importante papel à Comissão de Organização da Rússia para centralizar os esforços de preparação da Conferência.

Lênin presidiu os trabalhos da Conferência e apresentou o informe político. Dos trabalhos, resultaram várias resoluções. Todas elas convergiam para a tarefa de reestruturar o partido, e superar a dispersão. Essa tarefa consta do primeiro ponto do “*Projeto de Resolução sobre a Constituição da Conferência*”. A conclusão da “*Resolução sobre o Momento Atual e as Tarefas do Partido*” é resumida em três pontos: 1) realizar “*o trabalho permanente de educação socialista, organização e unificação das massas proletárias com consciência política*”; 2) “*desenvolver um intenso trabalho para restabelecer a organização ilegal do POSDR*”; 3) “*organizar e ampliar sistematicamente a agitação política. Dar especial importância à propaganda pela república contra a política da monarquia czarista*”.

Aprovou-se uma resolução de luta contra a fome. Orienta o partido a despendar “*um grande esforço para ampliar a*

propaganda e agitação entre as amplas massas da população, sobretudo entre os camponeses, explicando a relação que existe entre a fome e o czarismo e toda sua política”. Vinculada às tarefas da revolução democrática na Rússia, é assinalada a estratégia “*da tomada do poder pelo proletariado, que conduz atrás de si o campesinato*”.

Aprovou-se, também, uma resolução específica sobre as eleições da IV Duma. Determinou a participação do partido com candidaturas próprias. Diz: “*A principal tarefa do partido nas eleições, bem como a do futuro grupo socialdemocrata na própria Duma, tarefa essa que deve subordinar todas as demais, é a propaganda de classe, socialista e a organização da classe operária*”. A resolução ainda estabelece três consignas que devem guiar a agitação e a propaganda eleitoral: 1) república democrática; 2) jornada de oito horas; 3) confisco de todas as terras dos latifundiários. Orienta a travar “*uma guerra implacável contra a monarquia czarista*”, contra os partidos dos “*latifundiários e dos capitalistas*”. Destaca-se, ao seu lado, a resolução organizativa. Diante da retomada do movimento operário, a militância deve se dedicar à constituição de células clandestinas, cercadas por uma rede de organizações operárias legais de vários tipos.

Uma resolução de particular importância foi a do liquidacionismo. O rechaço dessa fração da socialdemocracia à Conferência acabou por confirmar a insalvável cisão entre bolchevismo e menchevismo. Diz o primeiro ponto: “*Considerando que faz quase quatro anos que o POSDR trava uma luta decidida contra a tendência liquidacionista, que, na Conferência do partido de dezembro de 1908, foi definida como uma tentativa, da parte de um grupo de intelectuais do partido, de liquidar a organização existente do POSDR e a substituir por um agrupamento indefinido, que seja legal a qualquer custo, ao preço da renúncia total do programa, da tática e das tradições do partido (...) – a Conferência declara que, com sua atitude, o grupo mencionado se colocou definitivamente à margem do partido*”. Conclui: “*A Conferência chama todos os membros do partido, sem distinção de tendências e matizes de opinião, a lutar contra o liquidacionismo, a explicar o quanto prejudica a causa da emancipação da classe operária e concentrar todas as forças para restabelecer e consolidar o POSDR ilegal*”.

As decisões organizativas impuseram um limite claro ao funcionamento partidário, centralizado e oposto ao federativismo, que prevaleceu na existência do partido socialdemocrata russo. Aprovou-se como organizador coletivo a publicação do Rabóchaia Gazeta, que passou a ser dirigido pelo Comitê Central.

A formação de uma nova direção, alinhada com a luta de Lênin contra o bolchevismo, o liquidacionismo e o ultimismo otzovistas expressava a conquista programática do proletariado e a correspondente concepção leninista do partido.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, vol. XVII, Akal Editor)